

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VALÉRIA MARTINS GAVA

**O ENSINO DA CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL E NAS INSTITUIÇÕES DO
SISTEMA ACAFE**

CRICIUMA, JULHO DE 2011

VALÉRIA MARTINS GAVA

**O ENSINO DA CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL E NAS INSTITUIÇÕES DO
SISTEMA ACAFE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção de grau de
Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da
Universidade do Extremo Sul Catarinense –
UNESC.

Orientadora: Prof^a. Ma. Kátia Aurora Dalla
Libera Sorato

CRICIUMA, JUNHO DE 2011

VALÉRIA MARTINS GAVA

**O ENSINO DA CONTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL E NAS INSTITUIÇÕES DO
SISTEMA ACAFE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção de grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com linha de pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social.

Criciúma, 04 de Julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Ma. Kátia A. Dalla Libera Sorato

Examinador 1: Prof^a. Ma. Andréia Cittadin

Examinador 2: Prof^o. Me. Sérgio Bruchchen

Este trabalho é, dedicado em especial a minha mãe Sonir, pelo amor incondicional e por ter rezado muitas vezes pedindo que Deus me desse forças nos momentos de fraqueza que me fizeram cair. Por ela não ter tido a mesma oportunidade que eu, hoje o mérito eu quero dividir com ela. Essa conquista será só mais uma dentre várias que ainda vamos alcançar.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, que criou o Universo e a Vida, me contemplando com a grandiosa dádiva de poder hoje estar aqui. Este que nunca me abandonou nos momentos que pensei em desistir e nas muitas dificuldades que aconteceram durante o decorrer dessa trajetória.

À minha mãe, em especial, que sempre esteve presente, nos dias de chuva ou de sol, me esperando nas noites frias e me incentivando e rezando quando a vontade de desistir era maior que a vontade de concluir o que eu havia começado.

Meu pai Valério, não só pela ajuda financeira, mas também por compreender que o estudo é prioridade na vida de seus filhos, fazendo com que nunca nos faltasse nada. Meus dois irmãos, Fábio e Eduardo que sempre estiveram presentes, não permitindo que o desânimo se aproximasse, me trazendo alegria e amor, dedico esse trabalho também aos dois.

Agradeço ao meu namorado Lucian, que acreditou em mim, que soube entender minhas reclamações, cansaço e principalmente minha ausência e não me abandonou nas horas difíceis, esteve sempre presente me dando muito carinho e amor, esse esforço um dia será recompensado por mim.

Ao meu anjo, minha amiga, minha irmã de coração Ester Silva, que se fez presente todas as noites nesses nove semestres, sempre fiel e companheira. Sem esquecer as minhas queridas amigas Camila, Fernanda, Luana, estas que me deram a mão amiga nas horas difíceis, riram comigo nos dias de glória e que levarei para sempre no meu coração.

Jamais nos esqueceremos do nosso irmão, que hoje não está mais presente fisicamente, mas que sempre será lembrando. Luciano Neto Cancelier, um amigo sem igual, um colega querido, Deus nos tirou um anjo e ganhou um anjo. Tudo que ele fez por nossa sala, será sempre lembrado. Fique em paz, amigo.

A minha orientadora Kátia, pelas diretrizes seguras, dedicação, incentivo, paciência e principalmente muito carinho, fazendo com que eu concluísse este trabalho.

Aos professores e à coordenação do curso de Ciências Contábeis, pelo apoio e pelos conhecimentos compartilhados, o meu muito obrigado.

Pessoas pelas quais possuo enorme orgulho, respeito e, sobretudo um amor incondicional.

Agradeço a todos, de coração!

“E ainda se vier noite traiçoeira, se a cruz pesada for, Cristo estará comigo e o mundo pode até me fazer chorar, mas Deus me quer sorrindo [...].”

Padre Marcelo Rossi

RESUMO

GAVA. Valéria Martins **O Ensino da Contabilidade Socioambiental nas Universidades Federais do Brasil e nas Instituições do Sistema ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL (ACAFE)**. 2011. 76 p. Orientadora: Prof^a. Ma. Kátia Aurora D. Libera Sorato. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A preocupação por parte da sociedade, das entidades não governamentais e também dos governantes em relação às questões socioambientais, vem fazendo com as organizações repensem suas estratégias e mudem suas ações. Em virtude disso, os profissionais da área contábil necessitam adquirir conhecimento sobre esta temática para que registrem, analisem e divulguem tais informações de forma adequada. Com isso, surge a necessidade de que os cursos de Ciências Contábeis incluam em suas matrizes curriculares disciplinas que abordem a contabilidade com tal enfoque. O objetivo geral desta pesquisa consiste em identificar como os cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil e as Instituições do Sistema ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL (ACAFE) estão contemplando a contabilidade socioambiental em suas matrizes curriculares. Para atingir tal objetivo, utilizou-se pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio de estudo bibliográfico e documental. Os resultados apontam que: (i) dentre as Universidades Federais presenciais do Brasil, 15,38%, possuem disciplinas relacionadas à temática contabilidade socioambiental; (ii) em relação às Instituições do Sistema ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL (ACAFE), constatou-se que, 56,25% possuem disciplinas pautadas na temática em estudo; (iii) com relação à nomenclatura das disciplinas, verificou-se que nas Universidades Federais todas diferem entre si, apresentando maior similaridade na UFSC cuja nomenclatura é contabilidade e responsabilidade social e na UFRGS, contabilidade ambiental e social. Nas Instituições do Sistema ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL (ACAFE) analisadas, 33,3% utilizam a nomenclatura tópicos especiais de contabilidade/contemporâneos, que são: UNC, UNIFEBE e UNIARP. Quanto à obrigatoriedade, somente duas Universidades Federais trabalham nesta condição que são a UFCG e a UFMS, portanto, 66,7% das disciplinas em estudo são optativas. E, nas Instituições do Sistema ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL (ACAFE), a UNESC e a UNIVALI possuem as disciplinas como obrigatórias, as demais, que totalizam 77,8% são optativas. Conclui-se a partir dos resultados obtidos, que os conteúdos relacionados à contabilidade socioambiental ainda são pouco abordados nas universidades e instituições pesquisadas, principalmente se for considerado que a maioria das que contam com tais disciplinas em suas matrizes curriculares não as fazem de forma obrigatória.

Palavras-chave: Contabilidade socioambiental, Matriz curricular das Universidades Federais, Matriz curricular das Instituições do Sistema ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS DO BRASIL (ACAFE).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Contas ambientais envolvidas na relação entre empresa.....	30
Quadro 1: Evolução, alteração e modificação da contabilidade no Brasil.....	27
Quadro 2: Contas do ativo ambiental.....	32
Quadro 3: Contas do passivo ambiental.....	34
Quadro 4: Contas devedoras de produção e de resultado.....	36
Quadro 5: Plano de contas credoras de resultado.....	38
Quadro 6: Disciplinas que podem estar presentes na matriz curricular das universidades	39
Quadro 7: Universidades federais dos Brasil	43
Quadro 8: Instituições de ensino superior filiadas ao sistema ACADE.....	44
Quadro 9: Disciplinas socioambientais nos cursos de ciências contábeis das universidades federais dos Brasil	47
Quadro 10: Ementa da disciplina contabilidade e educação ambiental da UFCG	48
Quadro 11: Ementa da disciplina balanço social da UFMG.....	49
Quadro 12: Ementa da disciplina controladoria e gestão ambiental na universidade federal de Mato Grosso do Sul.....	50
Quadro 13: Ementa da disciplina de contabilidade e responsabilidade social da UFSC.....	50
Quadro 14: Ementa da disciplina contabilidade ambiental da UFSM	51
Quadro 15: Ementa da universidade federal do Rio Grande do Sul – UFRGS... 	52
Quadro 16: Disciplinas Socioambientais nos Cursos de Ciências Contábeis do sistema ACADE.....	56
Quadro 17: Ementa da disciplina contabilidade social e ambiental da UDESC.	57
Quadro 18: Ementa da disciplina tópicos especiais da contabilidade da UNC .	57
Quadro 19: Ementa da disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social da UNESC.....	58
Quadro 20: Ementa da disciplina responsabilidade socioambiental da UNIFEBE	59

Quadro 21: Ementa da disciplina responsabilidade social da UNIVALI	60
Quadro 22: Ementa da disciplina contabilidade ambiental da UNIVILLE.....	60
Quadro 23: Ementa da disciplina desafios sociais contemporâneos da FURB	61
Quadro 24: Ementa da disciplina contabilidade socioambiental da UNOESC ..	62
Quadro 25: Ementa da disciplina tópicos especiais de contabilidade da UNIARP.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nomenclaturas das disciplinas socioambientais dos cursos de ciências contábeis das federais do Brasil	52
Tabela 2: Créditos e obrigatoriedade das disciplinas socioambientais dos cursos de ciências contábeis das federais.....	53
Tabela 3: Conteúdos das disciplinas socioambientais dos cursos de ciências contábeis das federais do Brasil	54
Tabela 4: Nomenclatura das disciplinas socioambientais dos cursos de ciências contábeis do sistema ACAFE.....	63
Tabela 5: Créditos e obrigatoriedade das disciplinas socioambientais dos cursos de ciências contábeis das instituições do sistema ACAFE.....	64
Tabela 6: Conteúdos das disciplinas socioambientais dos cursos de ciências contábeis das instituições do sistema ACAFE.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS

Art – Artigo

Fed - Federal

N ° – Número

Res – Resolução

Sup - Superior

Univ - Universidade

LISTA DE SIGLAS

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
AIESEC – Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FURB – Universidade Regional de Blumenau
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IES – Instituições de Ensino Superior
MEC – Ministério da Educação
REJC - Revista de Jornalismo Científico
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAL– Universidade Federal Alagoas
UFBA – Universidade federal da Bahia
UFC – Universidade Federal de Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul
UFMG– Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal de Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFVJM – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e murici
UNC – Universidade do Contestado
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIARP – Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe
UNIFEBE– Centro Universitário de Brusque
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Tema e Problema.....	17
1.2 Objetivos da Pesquisa	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Metodologia	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 Problemáticas Ambientais e Responsabilidade Social das Organizações..	22
2.2 Desenvolvimento da Ciência Contábil e do Ensino da Contabilidade no Brasil.....	24
2.3 A Contabilidade Socioambiental e o Ensino.....	27
2.4 Principais Contas Ambientais.....	29
2.4.1 Ativos Ambientais	31
2.4.2 Passivo Ambiental.....	32
2.4.3 Despesas Ambientais/Custos Ambientais	35
2.4.4 Receitas Ambientais	37
2.5 Outros Conceitos Importantes Relacionados à Temática Socioambiental..	38
2.6 As Diretrizes Curriculares e os Cursos de Ciências Contábeis	39
2.7 Universidades Federais do Brasil.....	42
2.8 Instituições do Sistema ACADE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais	44
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	46
3.1 Disciplinas Socioambientais nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil.....	46
3.1.1 Descrição das Ementas das Disciplinas Relacionadas com a Contabilidade Socioambiental das Universidades Federais.....	47
3.1.2 Nomenclatura das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais.....	52
3.1.3 Créditos e Obrigatoriedade das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Federais	53
3.1.4 Conteúdos das Disciplinas com Enfoque Socioambiental das Universidades Federais	54

3.2 Disciplinas Socioambientais nos Cursos de Ciências Contábeis do Sistema ACAFE.....	55
3.2.1 Descrição das Ementas das Disciplinas Relacionadas com a Contabilidade Socioambiental dos Cursos do Sistema ACAFE	56
3.2.2 Nomenclatura das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACAFE.....	63
3.2.3 Créditos e Obrigatoriedade das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACAFE.....	64
3.2.4 Conteúdos das Disciplinas com Enfoque Socioambiental das Instituições do Sistema ACAFE.....	65
3.2.5 Análise dos Resultados	67
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo elucidam-se inicialmente o tema e o problema relacionados ao estudo, bem como os objetivos, tanto geral quanto específicos. Na sequência, aborda-se a justificativa onde se descreve a importância desta pesquisa e o enquadramento metodológico do trabalho.

1.1 Tema e Problema

Informações em relação aos problemas socioambientais tornam-se cada vez mais evidentes, pois este assunto vem sendo debatido constantemente na mídia e notícias em relação a catástrofes ambientais já são decorrentes. Isso vem gerando preocupação por parte da sociedade e dos governantes fazendo com que passem a exigir mudanças principalmente das organizações, visando reduzir o consumo dos recursos naturais e da agressão ao meio natural. E também, que tenham ações voltadas à melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores.

Em virtude disso, os gestores estão tendo que repensar suas gestões no intuito de incluir em seus planejamentos ações que contemplem tais questões. E, uma vez que isso ocorra, os resultados de tais atividades acabam gerando informações se forem devidamente registradas, avaliadas e divulgadas pelo profissional contábil. No entanto, para que isso ocorra, o contador precisa ter conhecimento, previamente adquirido, de como realizar a contabilidade socioambiental e também sobre a importância de tais informações.

Assim, faz-se necessário que os cursos de Ciências Contábeis incluam em suas matrizes curriculares disciplinas que trabalhem a contabilidade com tal enfoque. Deste modo, este estudo visa responder ao seguinte questionamento: de que forma os cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil e as Instituições do Sistema ACADE estão contemplando a contabilidade socioambiental em suas matrizes curriculares?

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa consiste em identificar como os cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil e as Instituições do Sistema ACADE estão contemplando a contabilidade socioambiental em suas matrizes curriculares.

Para atingir o objetivo geral, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar quais cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil possuem em sua matriz curricular disciplina relacionada a temática contabilidade socioambiental;
- identificar quais cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACADE possuem em sua matriz curricular disciplina relacionada à temática contabilidade socioambiental; e
- realizar um comparativo em relação as instituições pesquisadas, das ementas, número de créditos e obrigatoriedade das disciplinas pesquisadas.

1.3 Justificativa

Devido aos constantes problemas socioambientais, os gestores estão tendo que repensar suas gestões visando atender às exigências do mercado, e ao fazerem isso, geram dados que serão transformados em informações pelo profissional contábil.

Conforme Carvalho (2008, p. 18), as organizações precisam assumir sua relação com meio ambiente e para isso, “o primeiro passo é o da evidenciação de sua interação com o meio ambiente por meio da contabilidade. A partir daí, sua relação com os ambientais seria de segurança [...]”

Para que os futuros contadores adquiram tais conhecimentos, faz-se necessário que primeiramente, estes estejam contemplados nas matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis.

Neste contexto, Calixto (2006, p. 66) ressalta que

é primordial a incorporação do assunto à matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, tendo em vista a percepção de que só por meio da evolução de conceitos, discussão em sala de aula e do aprendizado teórico e prático, a contabilidade ambiental dará um grande salto de qualidade.

Desta forma, percebe-se a necessidade de inclusão de disciplina que trabalhe a contabilidade relacionada às questões socioambientais na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, pois é por meio dela que o futuro contador adquire conhecimento relacionado a esta temática.

Com isso, ao pesquisar os conteúdos que estão sendo trabalhados nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais e Instituições do Sistema ACADE, acredita-se que a contribuição teórica deste estudo se evidencia, pois existem poucos estudos voltados ao ensino da contabilidade socioambiental.

De forma prática, este estudo contribui com os gestores e professores dos cursos de Ciências Contábeis, pois poderão avaliar informações relacionadas aos conteúdos ministrados nas disciplinas das instituições pesquisadas cuja temática é a contabilidade socioambiental e identificar se é necessário alterar a forma com que estão trabalhando.

A relevância social deste trabalho se faz evidente, pois uma vez que disciplinas voltadas à temática da pesquisa passem a ser trabalhadas nos cursos de Ciências Contábeis e acredita-se ser possível formar profissionais mais capacitados para atuarem no mercado de trabalho e ao mesmo tempo cidadãos comprometidos com as questões socioambientais.

1.4 Metodologia

Para alcançar os objetivos deste estudo, determina-se os procedimentos metodológicos, pois conforme Gil (1994), o objetivo principal de uma pesquisa consiste em desvendar respostas para problemas por meio dos procedimentos científicos.

Quanto aos objetivos, este estudo caracteriza-se como exploratório e descrito. Exploratório, pois, a pesquisa voltada ao ensino da contabilidade socioambiental é ainda incipiente e carente de estudos. Vianna (2001, p. 130) esclarece que este “possibilita uma explicação maior e um aprofundamento de estudos sobre um determinado assunto ou área, com vistas ao seu entendimento mais qualificado ou à descoberta de novas relações.”

Calixto (2006, p. 73) complementa o exposto por Vianna ao ressaltar que “um estudo exploratório é desenvolvido no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizada, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionais.”

Em relação à pesquisa descritiva, Almeida (1996, p. 104) define que “a pesquisa descritiva tem como objetivo observar, registrar, analisar e ordenar dados, sem manipulá-los, sem a interferência do pesquisador.” Gil (1994, p. 45) relata que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Assim, neste trabalho descrevem-se os conteúdos elencados nas ementas das disciplinas relacionadas à contabilidade socioambiental dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil e das Instituições do Sistema ACADE.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. No que refere-se a pesquisa bibliográfica, esta ocorreu em livros, artigos de revistas, dissertações e materiais de *internet* relacionados ao assunto pesquisado.

Para Martins e Lintz (2000), a pesquisa bibliográfica procura conhecer, esclarecer e analisar um tema ou um problema com base em contribuições científicas publicadas em diversas fontes.

De acordo com Martins Junior (2008, p. 83), uma pesquisa bibliográfica visa

[...] descobrir e observar fenômenos existentes, situações presentes e eventos, procurando descrevê-los, classificá-los, compará-los, interpretá-los e avaliá-los, com o objetivo de aclarar situações para idealizar futuros planos e decisões.

A pesquisa documental ocorreu por meio das matrizes curriculares encontradas nos *sites* das instituições pesquisadas ou obtidas via *e-mail*. Quanto a este tipo de pesquisa, Martins e Lintz (2007) destacam que possui similaridade com a bibliográfica, no entanto, não levanta material publicado, mas investiga material não editado.

Quanto à abordagem do problema, ocorreu de forma qualitativa e quantitativa. Na pesquisa qualitativa, “os dados são analisados de forma indutiva, sem o objetivo maior de confirmar hipóteses, mas de construir abstrações sobre o fato estudado na medida em que as informações forem sendo agrupadas em categorias, inter-relacionadas.” (VIANNA, 2001, p. 123).

A pesquisa quantitativa definida por Oliveira (1999, p. 114):

[...] significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples, como percentagem, média, moda, mediana e desvio padrão, até as de uso mais complexo, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

Estas tipologias foram empregadas no intuito de avaliar os resultados obtidos tanto em relação à qualidade, quanto no que se refere à quantidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, aborda-se a problemática ambiental e como isso interfere nas organizações. Descreve-se na sequência sobre a responsabilidade social, e sobre o desenvolvimento da ciência contábil e do ensino da contabilidade no Brasil. Na sequência, aborda-se sobre a contabilidade socioambiental e o ensino e também sobre as principais contas ambientais. Por último, apresenta-se uma síntese sobre as diretrizes curriculares, matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e sobre as universidades federais e as Instituições do Sistema ACADEMIA.

2.1 Problemáticas Ambientais e Responsabilidade Social das Organizações

Cada vez mais, vem se tornando preocupante para a sociedade os problemas relacionados com o meio ambiente. Desta forma, seria impossível deixar passar em branco as causas da degradação e o que isso vem agregando no meio ambiente. Neste sentido, Tinoco e Kraemer (2008, p. 22) salientam que

paralelamente ao crescimento da produção em larga escala, decorrente da revolução industrial, a população cresceu vertiginosamente em todo mundo. Esse aumento da população implicou o aumento do uso das reservas ecológicas do planeta Terra, em decorrência da expansão de bens industriais que se valeram, em muitos casos, do uso de tecnologias sujas, levando, por conseguinte à geração de lixo, em bases exponenciais.

Com isso, percebe-se ainda mais a necessidade de inclusão da variável ambiental no planejamento estratégico das empresas. Assim, Raupp (2002, p. 4) destaca que tal inclusão

fará com que estas deixem de ser apenas instituições econômicas, que visam somente ao lucro, para tornarem-se organismos com responsabilidade social, pois é a sua própria sobrevivência que está em jogo, tendo em vista o despertar da necessidade de melhor uso dos recursos existentes, sem desperdício.

Se a empresa é poluidora, ela tem o dever de buscar melhorias para mudar essa realidade, mesmo que não sejam obrigadas por lei. Um dos primeiros passos para as empresas reconhecerem seu importante papel no combate às agressões ambientais está em elas apurarem a extensão e a profundidade de sua contribuição com a poluição e resolver os problemas ecológicos. A forma mais eficiente de demonstrarem o que estão fazendo é por meio da divulgação em documentos contábeis (FRANCO, 1999).

É crescente o número de pessoas falando em responsabilidade social e a com ajuda dos veículos de comunicação, de entidades governamentais e não governamentais, fica mais fácil saber quem faz a sua parte em relação à esta questão. Desta forma, segundo a Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais - AIESEC (2011),

a responsabilidade social é um tema cada vez mais recorrente no mundo dos negócios. Mais do que priorizar alcançar metas e objetivos, atualmente as empresas se preocupam com que o resultado do seu trabalho seja direcionado de forma a contribuir também com o social, para as pessoas e o meio ambiente.

Responsabilidade social se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2011).

A ideia de promover o desenvolvimento aliado à prática da responsabilidade social traz visibilidade para a empresa que passa a ser reconhecida pelo público como uma instituição socialmente responsável. Isso leva a valorização da marca, fazendo com que os consumidores prefiram os produtos que carreguem essa bagagem (AIESEC, 2011).

A busca da responsabilidade social corporativa tem de forma geral as seguintes características:

- **É plural** - Empresas não devem satisfações apenas aos seus acionistas. Muito pelo contrário. O mercado deve agora prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera. Empresas só têm a ganhar na inclusão de novos parceiros sociais em seus processos decisórios. Um diálogo mais participativo não apenas representa uma mudança de comportamento da empresa, mas também significa maior legitimidade social.

- **É distributiva** - A responsabilidade social nos negócios é um conceito que se aplica a toda a cadeia produtiva. Não somente o produto final deve ser avaliado por fatores ambientais ou sociais, mas o conceito é de interesse comum e, portanto, deve ser difundido ao longo de todo e qualquer processo produtivo. Assim como consumidores, empresas também são responsáveis por seus fornecedores e devem fazer valer seus códigos de ética aos produtos e serviços usados ao longo de seus processos produtivos.
- **É sustentável** - Responsabilidade social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também amplia o conceito a uma escala mais ampla. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promove a imagem da empresa como um todo e por fim leva ao crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais.
- **É transparente** - A globalização traz consigo demandas por transparência. Não mais nos bastam mais os livros contábeis. Empresas são gradualmente obrigadas a divulgar sua performance social e ambiental, os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção ou compensação de acidentes. Nesse sentido, empresas serão obrigadas a publicar relatórios anuais, onde sua performance é aferida nas mais diferentes modalidades possíveis. Muitas empresas já o fazem em caráter voluntário, mas muitos prevêem que relatórios sócio-ambientais serão compulsórios num futuro próximo (RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2011)

Deste modo, percebe-se que a responsabilidade social tem por objetivo buscar atitudes éticas e transparentes dentro das empresas, visando proporcionar melhorias a todos os envolvidos. E os gestores devem ter consciência de que a responsabilidade social está associada ao reconhecimento de que suas decisões e resultados interagem com seus clientes, fornecedores, comunidade, entre outros.

2.2 Desenvolvimento da Ciência Contábil e do Ensino da Contabilidade no Brasil

A evolução das sociedades demanda profissionais mais qualificados para atuarem nas organizações. E, com isso, fazem-se necessárias condições de ensino visando à formação desses profissionais. Neste contexto, remete-se à evolução da contabilidade e do ensino contábil onde se evidencia tal situação.

Desta forma, conforme Trindade e Brondani (2005, p. 237), a contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, “não podendo se precisar o momento em que surgiu, mas suas primeiras manifestações datam da idade dos

sumérios, em média 6000 a.C, com o intuito de quantificar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio.”

Segundo Sá (2006, p. 5), o registro contábil “foi uma decorrência natural da necessidade de guardar memória do que se extraia da natureza e que se sujeitava à transformação. Da singeleza dos primeiros registros até a sofisticação alcançada em nossos dias, todo um prodígio processo evolutivo ocorreu.”

No Quadro 1, pode-se observar uma síntese da evolução da ciência contábil e do ensino no Brasil:

DATA	LEGISLAÇÃO	EVENTOS/ALTERAÇÕES/MODIFICAÇÕES
1.850		Publicação do Código Comercial Brasileiro, na qual instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e elaboração anual da demonstração de resultado e do balanço geral.
1.870		O imperador D. Pedro II reconhece a Associação dos Guarda-Livros, estabelecida na Corte.
1.902		Criação do curso de guarda-livros na Escola de Comércio Álvares Penteado.
1905		Os diplomas da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e Escola Prática de Comércio de São Paulo passam a ser reconhecidos como oficiais.
1916		Criados o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais e a Associação dos Contadores, em São Paulo. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, é fundado o Instituto Brasileiro de Contabilidade.
1920		Apresentados no Senado projetos de regulamentação da profissão, pelo senador Raymundo Miranda.
1924		O I Congresso Brasileiro de Contabilidade defende a aprovação de lei para regulamentar o exercício da profissão.
1929		Na lei das falências, a classe assegura aos contadores diplomados por escolas reconhecidas a prerrogativa da verificação judicial das contas dos livros das empresas envolvidas em processos falimentares.
1931 e 1932	Decreto nº. 20.158	Decretos determinam que guarda-livros e contadores devem se registrar na Superintendência do Ensino Comercial.
1.940	Decreto nº. 2.627	A primeira Lei das Sociedades por Ações.
1944		Na Primeira Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, é apresentado o anteprojeto de lei prevendo a criação dos Conselhos de Contabilidade. O texto é encaminhado ao Ministério do Trabalho.
1946	Resolução de nº 3/46	O CFC aprova que dispõe sobre a organização dos Conselhos Regionais, criando as condições e estabelecendo as principais regras para o seu funcionamento.

1946	Decreto 9.295/4	O presidente da República assinou o decreto que cria o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamenta a profissão de "Guarda-Livros" (hoje técnicos em Contabilidade) e Contador.
------	------------------------	--

Continua

Conclusão

1.945	Decreto-Lei nº 7.988/45	Elevação do curso a nível superior
1.945	Decreto-Lei nº 8.191/45	Divisão das categorias, classificando como Técnicos em Contabilidade para os cursos técnicos e guarda-livros; e Bacharel em Ciências Contábeis para os cursos superiores.
1.961	Lei nº 4024/61	Fixação das diretrizes e das bases da Educação Nacional e a criação do Conselho Federal de Educação.
1.962	Parecer CFE nº 397/1.962	Divisão do curso entre formação básica e formação profissional.
1.972	Resolução 220	Circulares 178 e 179 do Banco Central do Brasil. A circular 178 obrigou o registro dos auditores independentes no Banco Central e a circular 179 tratou dos princípios e normas de contabilidade (não listou os princípios, apenas normatizou).
1.972	Resolução nº. 321	Que conceituou os Princípios Fundamentais de Contabilidade Geralmente Aceitos (PCGA) e adotou as normas (quase que na íntegra) e procedimentos de auditoria elaborados pelo IAIB, atual IBRACON.
1.976	Lei 6.404	A nova Lei das Sociedades Por Ações (em vigor).
1.976		Criação da Comissão de Valores Mobiliários.
1.977	Decreto-lei nº. 1.598	Adequou o Regulamento do Imposto de Renda (RIR) à nova Lei das Sociedades por Ações e estendeu as normas e princípios contábeis da Lei das Sociedades por Ações às demais empresas.
1.992	Resolução nº 3/92	Fixação dos conteúdos mínimos e duração dos cursos em 2.700 horas.
1.993	Resolução CFC 750	Que estabeleceu os novos princípios fundamentais de contabilidade (em vigor).
1.995		Publicação da Lei nº. 9.249, que eliminou a correção monetária das demonstrações contábeis.
2007	Lei nº 11.638	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
2009	Lei nº 11.941	Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o

		<p>Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.</p>
--	--	--

Quadro 1: Evolução, alteração e modificação da contabilidade no Brasil

Fonte: Adaptado do CFC (2010).

Por meio do quadro, pode-se perceber que a ciência contábil tem evoluído ao longo anos, acompanhando os avanços e mudanças que ocorrem na sociedade, procurando estar atento às necessidades exigências pelo mercado.

2.3 A Contabilidade Socioambiental e o Ensino

As organizações estão tendo que se adequar às exigências legais e da sociedade em relação aos aspectos ambientais e com isso, estão passando a desenvolver ações visando conservar e recuperar o meio ambiente. E, neste contexto, Franco afirma que (1999, p. 64) “como classe social extremamente útil a toda sociedade, pelo serviço que presta ao desenvolvimento das empresas e das nações, não podem ficar indiferentes a esse grande problema do mundo moderno.”

As empresas são as peças centrais do desenvolvimento econômico e devem ser também, para o desenvolvimento sustentável. Para isto, é necessário que definam sua relação com a sociedade e com o meio ambiente (KRAEMER, 2005).

Assim, segundo Braga (2002, p. 23), diante da crescente apreensão da sociedade com “a situação do meio ambiente e da coletividade, os consumidores passaram a exigir, principalmente das indústrias, uma nova forma comportamental alicerçada na preservação dos valores sociais e ambientais.”

Ao se depararem com questões da gestão relativas ao meio ambiente, os gestores requerem da contabilidade informações que os ajudem adequadamente com estes questionamentos. (FERREIRA, 2006).

Com isso, Poletto e Morozini (2008, p. 1) ressaltam que, a contabilidade, ciência que estuda e controla o patrimônio da empresa com o objetivo de fornecer informações para a tomada de decisões, tem, nos dias atuais, uma nova função:

fornecer dados para a gestão e conservação do meio ambiente. A contabilidade ambiental, além da função de orientar a empresa nos registros dos gastos e investimentos com o meio ambiente, tem como premissa levar o empresariado a uma tomada de consciência no sentido de que os recursos naturais não são inesgotáveis, muito pelo contrário: alguns danos causados à natureza são irreversíveis.

Segundo Herckert (2005 apud POLETO; MOROZINI, 2008, p. 4), a contabilidade não pode ficar limitada à escrituração e mensuração quantitativa do patrimônio da empresa. Para o autor, ela deve ser

aberta a evolução tecnológica e as mudanças rápidas do mundo moderno, estar presente na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza da empresa, com eficácia e também satisfazer eficazmente as necessidades do meio ambiente natural.

Desta forma, os demonstrativos e relatórios contábeis devem conter informações relacionadas às ações desenvolvidas pelas organizações e que tiveram e tem relação com o meio natural. Neste contexto, Kraemer (2005) comenta que, os contadores têm um papel importante em relação a isso, pois podem incentivar as empresas a implementarem gestões ambientais que possam gerar informações evidenciadas nos demonstrativos e relatórios contábeis.

Com isso, explica Tinoco e Kraemer (2004, p. 76-77) que,

o Balanço Patrimonial de uma empresa deve incluir, por meio de cálculos estimativos, no passivo: o passivo ambiental, ou seja, os danos ambientais gerados e no ativo os bens e direitos, que tenham alguma relação com a recuperação do ambiente, bem como investimentos em tecnologia de processos de contenção ou eliminação da poluição.

Calixto (2006) aborda a necessidade da inserção desta temática no ensino quando afirma que é relevante que as habilidades do contador para identificação da evolução da legislação ambiental, dos setores econômicos potencialmente poluidores, dos impactos ambientais e da evolução de conceitos sobre ativos, passivos e gastos ambientais sejam adquiridas ao longo da carreira do profissional contábil e que essa inserção seja iniciada no curso de graduação.

Complementando, Barbosa e Conceição (2011, p. 5) explicam que “é de extrema importância a inserção da contabilidade ambiental nas instituições de ensino superior, pois essas serão as portas para o surgimento de profissionais qualificados que desenvolverão nas empresas o que espera-se dessa área da contabilidade.”

Calixto (2006) ressalta que a contabilidade ambiental é um assunto que tem despertado cada vez mais o interesse de pesquisadores da área. Verifica-se que há um significativo número de livros que foram publicados sobre o tema no Brasil, dissertações, artigos apresentados em congressos e também publicados em revistas importantes da área nos últimos anos.

Deste modo, percebe-se a necessidade do aprimoramento da contabilidade ambiental e também da inclusão deste assunto nos cursos de Ciências Contábeis.

2.4 Principais Contas Ambientais

As contas são elementos fundamentais no registro e na evidenciação de fatos contábeis, ou seja, sem elas não pode ocorrer o registro contábil. Assim, Carvalho (2008) evidencia na Figura 1 as contas ambientais envolvidas na relação entre a empresa e meio ambiente, considerando a nova postura ambiental e a postura ambiental tradicional:

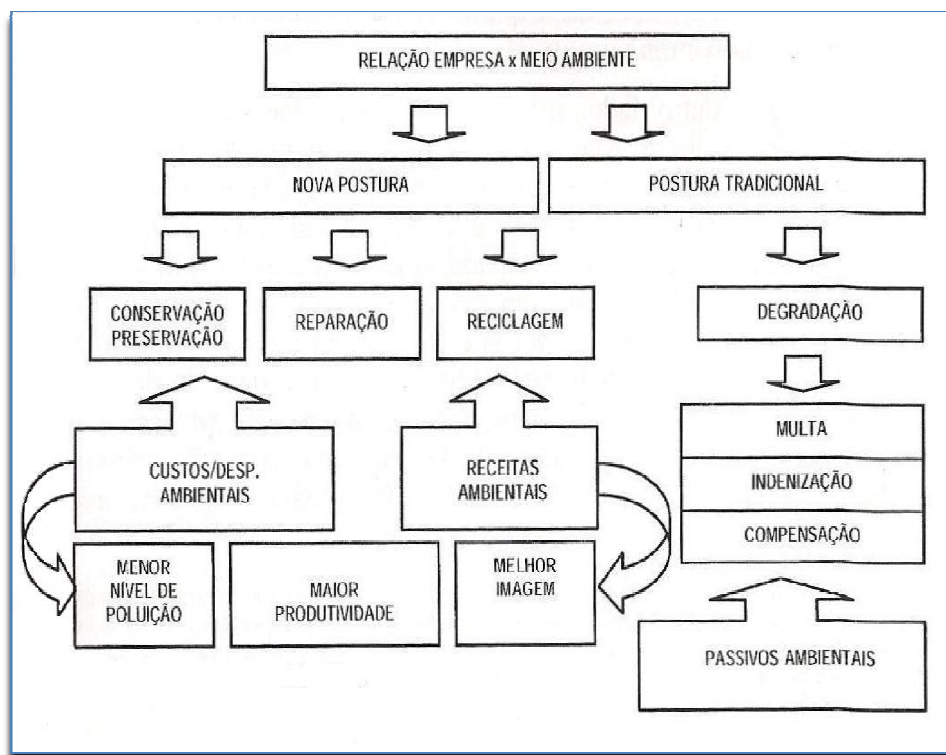


Figura 1: Contas ambientais envolvidas na relação entre empresa e meio ambiente, considerando a nova postura e a tradicional

Fonte: Carvalho (2008, p.125)

Embora conceitos sobre contabilidade ambiental estejam cada vez mais em evidência, mostrar que a empresa preserva, conserva, repara e recicla é a nova postura das organizações. Por meio da figura, a autora busca explicar que, se for possível adequar à empresa para estar apta a essa nova postura, não só o meio ambiente que estará ganhando, mas também a sociedade.

Carvalho (2008) explica que as contas ambientais devem compor um grupo segregado dos demais, dentro de cada subgrupo, caso a empresa queira dar maior destaque aos eventos dessa área nos demonstrativos contábeis, ou, caso contrário, poderá optar por classificá-las juntamente com as contas que compõem os demais grupos de Planos de Contas.

De acordo com a autora,

não deverá existir um Plano de Contas exclusivo para os eventos ambientais, pois estes juntamente com os demais eventos realizados compõem o funcionamento da entidade, e desse modo, devem ser demonstrados em conjunto, sob pena de não representar, ou representar de forma fracionada a posição patrimonial da empresa. Isso se pode observar, na visão global das posturas que a entidade pode ter frente ao meio ambiente (CARVALHO, 2008, p. 173).

O plano de contas deverá ser o mesmo que agrega as demais contas da empresa. Para um melhor entendimento, na sequência aborda-se resumidamente algumas das principais contas ambientais.

2.4.1 Ativos Ambientais

O ativo da empresa é todo o bem e direito que a empresa possui. Conforme Marion (1998, p. 46), “é o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa. São os itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa.”

Quanto aos ativos ambientais, Ribeiro (2005, p. 61) destaca que estes são

constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefícios econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental. Com o intuito de demonstrar seu empenho na preservação do meio ambiente, eles devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis.

Os ativos ambientais representam os bens contraídos pela organização cujo desígnio é o controle, preservação e recuperação do meio natural. Estes podem ser representados segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 176) da seguinte forma:

- Os estoques dos insumos, peças, acessórios etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição e de geração de resíduos;
- Os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc. adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente;
- Os gastos com pesquisas, visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Os autores apresentam alguns fatos contábeis relacionados ao meio natural. E, no Quadro 2 apresenta-se contas do ativo ambiental elencadas num plano de contas adaptado as questões ambientais:

1 – ATIVO
1.1 – ATIVO CIRCULANTE
1.1.1 – Disponível
1.1.1.1 – Caixa

- 1.1.1.2 - Bancos conta Movimento
- 1.1.2 – Créditos
- 1.1.2.1 – Clientes
- 1.1.2.6 – Clientes Ambientais
- 1.1.2.7 – Subvenções Ambientais a Receber
- 1.1.2.8 – Créditos por Serviços de Assessoria Ambiental
- 1.1.2.9 –
- 1.1.3 – Estoques
- 1.1.3.1 – Matérias-primas
- 1.1.3.2 – Produtos em Processo
- 1.1.3.3 – Produtos Acabados
- 1.1.3.4 –
- 1.1.3.6 – Produtos Reciclados e Subprodutos
- 1.1.3.7 – Insumos Ambientais
- 1.1.3.8 – Embalagens Ambientais
- 1.2 – NÃO CIRCULANTE
- 1.2.1– INVESTIMENTOS
- 1.2.1.7 – Participação em Outras Sociedades Ambientais
- 1.2.1.8 – Participações em Fundos de Investimentos Ambientais
- 1.2.1.9 –
- 1.2.2 – IMOBILIZADO
- 1.2.2.1 – Terrenos
- 1.2.2.2 – Jazidas e Minas
- 1.2.2.3 – Obras Cíveis
- 1.2.2.8 – Equipamentos Ambientais
- 1.2.2.9 – Instalações Ambientais
- 1.2.5.1 – Depreciação, Exaustão Acumulada (-)
- 1.2.5.1 – Depreciação, Exaustão Acumulada (-)
- 1.2.3 – ITANGÍVEL
- 1.2.5.9 – Amortização Acumulada Ambiental (-)

Quadro 2: Contas do ativo ambiental

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2004, p. 75-76).

Os autores apresentam sugestões de contas do ativo que podem ser utilizadas pelas empresas que possuem ações voltadas às questões ambientais. No entanto, os planos de contas podem ser adaptados às necessidades de cada organização. Cabe ressaltar, que ao realizar lançamentos que são relacionados ao meio natural, separados dos demais, os contadores poderão apresentar por meio de demonstrativos contábeis informações mais adequadas sobre o que a organização está fazendo pelo meio ambiente.

2.4.2 Passivo Ambiental

O passivo ambiental pode ser reconhecido quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um gasto ambiental, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Esse tipo de passivo é definido

como uma obrigação presente da empresa, decorrente de eventos passados (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Complementando o exposto, Poletto e Morozini (2008, p. 2) ressaltam que o passivo ambiental reflete “os danos causados ao meio ambiente, representando, assim, a obrigação, a responsabilidade social da empresa para com os aspectos ambientais.”

Ao abordar sobre o assunto, Carvalho (2008, p.131-132) acrescenta que

entendem-se as obrigações da entidade decorrentes de danos causados ao meio ambiente, de infrações ambientais ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que tenham ocorrido no passado ou estejam ocorrendo no presente e que delas decorram entrega futura ou presente de ativos bem como a prestação de serviços.

Em alguns casos, existem dificuldades de identificar os passivos ambientais, pois estão diretamente ligados nos elementos causadores da poluição ambiental. Complementando, Tinoco e Kraemer (2008, p. 183) destacam que passivo ambiental é

toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como em multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem passivo ambiental quando agride, de algum modo e/ou ação, o meio ambiente.

Quanto à responsabilidade pelo passivo ambiental, de acordo com Carvalho (2008, p. 132) “em primeiro lugar, pertence ao próprio poluidor, cujos bens ficam sujeitos à satisfação do dano causado e ao cumprimento de outros deveres.”

Poletto e Morozini (2008, p. 2) destacam que o passivo ambiental não precisa estar vinculado ao balanço patrimonial, “podendo fazer parte de um relatório específico ou de demonstrações alternativas, que discriminem as ações e os esforços desenvolvidos para a eliminação ou redução de danos ambientais.”

O passivo ambiental pode ser originado, de acordo com Kraemer (2008), pela obrigação em relação aos seguintes fatos:

- ✓ Aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais;
- ✓ Aquisição de insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos;
- ✓ Despesas de manutenção e operação do gerenciamento ambiental;

- ✓ Gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas;
- ✓ Multas por infrações ambientais; e
- ✓ Gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados á tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa com a opinião pública, entre outros.

O Quadro 3 apresenta uma proposta de plano de contas contemplando as contas do passivo ambiental:

2 – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.1 – PASSIVO CIRCULANTE
2.1.1 – Empréstimos e Financiamentos
2.1.1.6 – Financiamentos Ambientais
2.1.2 – Fornecedores
2.1.2.8 – Fornecedores de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
2.1.3 – Obrigações
2.1.3.6 – Multas por Danos Ambientais
2.1.3.7 – Indenizações por Danos Ambientais
2.1.1.9 – Impostos Verdes
2.1.4 – Provisões
2.1.4.6 – Multas por Danos Ambientais
2.1.4.7 – Indenizações por Danos Ambientais
2.1.4.9 – Aquisição de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
2.1.4.4 – Impostos Verdes
2.2 – NÃO CIRCULANTE
2.2.1 – Empréstimos e Financiamentos
2.2.1.6 – Financiamentos Ambientais
2.2.2 – Fornecedores
2.2.2.8 – Fornecedores de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
2.2.3 – Obrigações
2.2.3.6 – Multas por Danos Ambientais
2.2.3.6 – Indenizações por Danos Ambientais
2.2.3.9 – Impostos Verdes
2.2.4 – Provisões
2.2.4.6 – Multas por Danos Ambientais
2.2.4.7 – Indenizações por Danos Ambientais
2.2.4.8 – Aquisição de Bens e Serviços de Proteção e Recuperação Ambiental
2.2.4.9 – Impostos Verdes
2.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1 – Capital Social
2.3.4 – Reservas de Lucros
2.3.4.6 – Reserva Contingencial para Multas por Danos Ambientais
2.3.4.7 – Reserva Contingencial para Indenização por Danos ambientais
2.3.4.8 – Reserva Contingencial para Aquisição de Bens Serviços para Proteção e Recuperação Ambiental
2.3.4.9 – Reserva Contingencial para Impostos Verdes
2.3.5 – Lucros ou Prejuízos Acumulados
2.3.5.1 – Lucros Acumulados

Quadro 3: Contas do passivo ambiental

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2004, p. 76-77).

Percebe-se que os autores apresentam sugestões de contas de ativos ambientais, que facilitam o registro dos fatos realizados pelas empresas e que são voltados ao meio natural.

2.4.3 Despesas Ambientais/Custos Ambientais

Os gastos que a organização efetuar que estejam diretamente ligados com as atividades administrativas e que relacionados às questões ambientais da empresa precisam ser considerados despesas ambientais.

Conforme Barbosa e Conceição (2011), as despesas ambientais são aquelas que estão associadas à área gerencial/administrativa da empresa, no intuito de gerar receitas ou não. A despesa ambiental classifica-se em operacional e não operacional. Operacionais são aquelas que podem gerar receitas e não operacionais são as decorrentes de acontecimentos ocorridos fora da atividade principal da empresa, como multas.

Carvalho (2007, p. 140) reforça o exposto por Barbosa e Conceição quando afirmam que as despesas “são todos os gastos efetuados pela empresa que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade.”

As despesas ambientais podem conter gastos relativos a horas de trabalho, seus respectivos encargos sociais e ainda:

definição e manutenção de programas e políticas ambientais; seleção e recrutamento de pessoas para o gerenciamento e operação do controle ambiental; compra de insumos e equipamentos antipoluentes; pagamento das compras realizadas para essa área; recepção dos itens ambientais adquiridos; estocagem dos insumos utilizados no controle do meio ambiente; treinamento específico para sua proteção; auditoria ambiental. (RIBEIRO, 2005, p. 50).

Os custos são os gastos utilizados para elaboração de um bem ou serviço de uma organização. Já os custos ambientais, representam o empenho direta ou indiretamente vinculado a qualquer gasto, referente a bens ou serviços que visem a preservação ou recuperação ambiental (KRAEMER, 2008).

De acordo com Carvalho (2008, p. 140), podem ser considerados como custos ambientais:

- custos com reciclagem de materiais;
- gastos com depreciação e amortização dos ativos ambientais;
- gastos relacionados com preservação e recuperação ambiental, como: tratamento de efluentes, recuperação de áreas contaminadas ou degradadas;
- materiais utilizados na preservação ou recuperação ambiental;
- salários e encargos do pessoal empregado diretamente na área ambiental da entidade.

São considerados como custos ambientais, os gastos que são realizados pela empresa na área ambiental e que resultam em um benefício econômico para a organização e/ou para a sociedade externa. No entanto, de acordo com Carvalho (2007) no princípio do poluidor-pagador, os custos de degradação devem ser internalizados pela empresa, e não externalizados para sociedade.

No Quadro 4, evidencia-se um plano de contas devedoras de produção e de resultado que ocorrem nas empresas que realizam a contabilidade ambiental.

4 – CONTAS DEVEDORAS DE PRODUÇÃO E DE RESULTADO
4.1.1 – Custos (despesas) dos Produtos Vendidos (CPV)
4.1.2 – Custos (despesas) dos Serviços Prestados (CSP)
4.1.3 – Custos (despesas) Produtos e Serviços Ambientais
4.2 – CUSTOS VINCULADOS À PRODUÇÃO
4.2.1 – Custos Normais da Atividade
4.2.9 – Custos e Serviços Ambientais
4.2.9.1 – Despesas Serviços Externos de Proteção e Recuperação Ambiental
4.2.9.2 – Despesas com Prevenção e Gestão Ambiental
4.2.9.3 – Insumos Ambientais
4.2.9.4 – Depreciações, Amortizações e Exaustões Ambientais
4.2.9.5 – Mão-de-Obra e Encargos Sociais
4.2.9.6 – Etiquetas Ambientais
4.3 – DESPESAS OPERACIONAIS
4.3.1 – Despesas Normais da Atividade
4.3.9 – Despesas Ambientais
4.3.9.4 – Seguros Ambientais
4.3.9.5 – Auditoria Ambiental
4.3.9.6 – Licenças e Impostos Ambientais
4.3.9.7 – Multas Ambientais
4.3.9.8 – Indenizações Ambientais
4.3.9.9 – Provisões Ambientais

Quadro 4: Contas devedoras de produção e de resultado

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2004, p, 78-79).

Portanto, quando os gastos estão envolvidos com as atividades administrativas da empresa e que resultem em ações voltadas ao meio natural, são consideradas despesas ambientais e quando estão diretamente relacionados a processo produtivo de um bem ou de um serviço, são considerados custos.

2.4.4 Receitas Ambientais

As organizações podem obter resultados oriundos, entre outros fatores, de reciclagem, reutilização, venda das sobras dos processos produtivos e isso entra nos relatórios como receitas ambientais. Neste sentido, Tinoco e Kraemer (2008, p.187-188) ressaltam as receitas ambientais,

decorrem de prestação de serviço especialização em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; vendas de produtos reciclados; receitas de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de energia; redução do consumo de água, participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável como o meio ambiente.

Carvalho (2007) reforça o exposto por Tinoco e Kraemer, ao elucidar que as receitas ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de material reciclados.

A geração de receita oriundas dos efeitos da preocupação das empresas com o meio ambiente transforma o que era para ser um problema em oportunidade de negócios, pois reduz ou elimina a geração de resíduos poluentes e passa a gerar subprodutos para serem comercializados no mercado.

O Quadro 5 evidencia como as receitas ambientais podem ser demonstradas no Balanço Patrimonial:

3 – CONTAS CREDORAS DE RESULTADO
3.1.1 – Vendas de Produtos
3.1.1.1 – Mercado nacional
3.1.1.2 – Mercado Externo
3.1.2 – Vendas de Serviços
3.1.2.1 – Mercado Nacional
3.1.2.2 – Mercado Externo
3.1.7 – Deduções da Receita Bruta (-)
3.1.7.1 - Vendas Canceladas e Devoluções
3.1.7.2 – Abatimentos

- 3.1.7.3 – Impostos Incidentes Sobre Vendas
3.2 – RECEITA BRUTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS
 3.2.1 – Vendas de Resíduos Reciclados
 3.2.2 – Vendas e/ou Reutilização de Co-Produtos
 3.2.3 – Aproveitamento de Gases e Calor
 3.2.4 – Redução no Consumo de Matérias-Primas
 3.2.5 – Redução do Consumo de Água
 3.2.6 – Prestação de Serviços Ambientais
 3.2.7 – Subvenções Governamentais

Quadro 5: Plano de contas credoras de resultado

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2004).

Os autores apresentam sugestões onde alocar as contas relacionadas às receitas ambientais. E, cabe destacar a importância da evidência destas informações, pois por meio de sua divulgação, a empresa pode obter melhores resultados.

2.5 Outros Conceitos Importantes Relacionados à Temática Socioambiental

Além das contas anteriormente apresentadas, alguns outros conteúdos relevantes podem ser abordados nas disciplinas relacionadas à contabilidade socioambiental, conforme pode-se perceber no Quadro 6:

Disciplina	Conceito	Autor
Mercado de Carbono	É um ambiente eletrônico de negociação desenvolvido para viabilizar, de forma ágil, segura e transparente, o fechamento de negócios com créditos gerados por projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e no âmbito do mercado voluntário.	BM & FBOVESPA (2011)
Ecobusiness	Atividades econômicas de companhias e instituições que integram componentes sociais, ambientais e econômicos, ou seja, que implementam a gestão ecológica na produção e serviços.	Global ecobusiness (2011)
Benchmarking	O benchmarking é não mais do que um processo ou técnica de gestão através do qual as empresas ou organizações avaliam o desempenho dos seus processos, sistemas e procedimentos de gestão comparando-o com os melhores desempenhos encontrados noutras organizações.	Nunes (2008)
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Demonstra o valor econômico agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros e a forma como esse valor está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais que interagem com as atividades da empresa.	Vanzo e Souza (2011)
Sistema de Gestão Ambiental	O Sistema de Gestão Ambiental é um processo voltado a resolver, mitigar e/ou prevenir os problemas de caráter ambiental, com o objetivo de desenvolvimento sustentável.	Universo Ambiental (2011)

continua

		conclusão
Balanço Social	É o principal canal que exterioriza as informações contábeis aos interessados.	Trindade e Brondani (2005, p. 241)
Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)	O MDL é um dos instrumentos de flexibilização estabelecidos pelo Protocolo de Quioto com o objetivo de facilitar o alcance das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa definidas para os países que o ratificaram. Em síntese, a proposta do MDL (descrita no Artigo 12 do Protocolo) consiste em que cada tonelada de CO2 equivalente (tCO2e) que deixar de ser emitida ou for retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento poderá ser negociada no mercado mundial, criando novo atrativo para a redução das emissões globais.	BM&FBOVESPA (2011)

Quadro 6: Disciplinas que podem estar presentes na matriz curricular das universidades

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro buscou-se conceituar alguns conteúdos que podem estar presentes na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis das universidades.

2.6 As Diretrizes Curriculares e os Cursos de Ciências Contábeis

O Conselho Federal de Educação recebeu a incumbência em relação à fixação dos conteúdos mínimos para os cursos de graduação após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024/61,

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61, em seu art. 9º, posteriormente também a Lei de Reforma Universitária 5.540/68, no art. 26, estabeleciam que ao então Conselho Federal de Educação incumbia a fixação dos currículos mínimos dos cursos de graduação, válidos para todo o País, os quais foram concebidos com os objetivos a seguir elencados, dentre outros:

- 1) facilitar as transferências entre instituições, de uma localidade para outra, ou até na mesma localidade, sem causar delonga na integralização do curso ou “em perda de tempo”, com a não contabilização dos créditos realizados na instituição de origem, como se vê no art. 100 da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 7.037/82;
- 2) fornecer diploma profissional, assegurando o exercício das prerrogativas e direitos da profissão, como rezava o art. 27 da Lei 5.540/68;
- 3) assegurar uniformidade mínima profissionalizante a todos quantos colassem grau profissional, diferenciados apenas em relação às disciplinas complementares e optativas, tudo como se observa, quando das transferências e do aproveitamento de estudos realizados, no art. 2º da

Resolução CFE 12/84, segundo a qual as matérias componentes do currículo mínimo de qualquer curso superior cursadas com aproveitamento em instituição autorizada eram automaticamente reconhecidas na instituição de destino, inobstante alguma variação de carga horária a menor, à razão de aproximadamente 25%;

4) permitir-se, na duração de cursos, de forma determinada, a fixação de tempo útil mínimo, médio ou máximo, desde que esses tempos não significassem redução de qualidade face à redução ou prorrogação prejudicial da duração do curso, ainda que com o mesmo número de créditos;

5) observar normas gerais válidas para o País, de tal maneira que ao estudante se assegurasse, como "igualdade de oportunidades", o mesmo estudo, com os mesmos conteúdos e até com a mesma duração e denominação, em qualquer instituição. Os atos normativos que fixavam os currículos mínimos também indicavam sob que denominação disciplinas ou matérias deveriam ser alocadas no currículo, para se manter o padrão unitário, uniforme, de oferta curricular nacional.

Por meio da Lei 9.131 de 24/11/1995, foi elaborado o projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com o objetivo de orientar os cursos de graduação na formação de seus currículos a partir das propostas enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. (PARECER Nº 0146/2002).

De acordo com Costa (2007, p. 25), entende-se que

diretriz curricular é o conjunto de regras estabelecidas para determinado curso, carga horária; estabelece orientações para as avaliações; incentiva estudos independentes que relacionem teoria e prática; baseia-se em experiências profissionais e acadêmicas e visa o aproveitamento dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridas fora do ambiente escolar. Enfim, a diretriz curricular abrange todas as ações e orientações para o desenvolvimento do curso dentro do que é determinado por lei.

É importante que as diretrizes curriculares orientem o que deve ser feito na instituição, mas em algumas ocasiões não é o que eles impõem que o acadêmico está procurando, pois isso pode mudar de uma região para outra.

Conforme parecer 67/2003, as diretrizes curriculares

devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.

Cabe às universidades escolherem o que é melhor para o seu aluno. As diretrizes irão apenas nortear, para que os objetivos de cada curso não se distanciem da área específica. Em relação aos cursos de Ciências Contábeis, as Diretrizes Curriculares Nacionais devem

refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigidos pela sociedade, nessa “heterogeneidade das mudanças sociais” sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias, a exigir contínuas revisões do Projeto Pedagógico de um curso para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes. (PARECER 264/2004).

Desta forma, observa-se que as diretrizes curriculares nacionais possuem a função de orientar as instituições de ensino superior na definição dos currículos e dos seus projetos políticos dos cursos.

Em relação à matriz curricular, esta define os conteúdos a serem trabalhados no decorrer do curso para que se alcance a formação pretendida. Para Costa (2007, p. 26), a matriz curricular é parte do projeto pedagógico do curso e “apresenta - de forma clara e objetiva - o conjunto de disciplinas, a carga horária e o período de curso necessário à formação desejada, levando em conta as competências, as habilidades e o perfil requerido pelo mercado de trabalho.”

Em relação aos cursos de Ciências Contábeis, o Parecer 67/2003 do Conselho Nacional de Educação – CNE define em seu art. 3º, define que estes devem apresentar condições para que:

o contabilista esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional nos diferentes modelos de organização, assegurando o pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, domínio atuarial e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Na Resolução nº 10/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em ciências contábeis nada consta sobre a área socioambiental. No entanto, segundo Calixto (2006, p. 66), é importante a inclusão do assunto à matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, pois somente por meio da “[...] evolução de conceitos, discussão em sala de aula e do aprendizado teórico e prático, a contabilidade ambiental dará um grande salto de qualidade.”

A autora observa sobre a necessidade da inclusão de disciplina nominada contabilidade ambiental. No entanto, entende-se que existe necessidade de inserção de disciplina que aborde conteúdos relacionados à contabilidade socioambiental,

uma vez que conteúdos como balanço social, por exemplo, não envolvem somente questões ambientais.

Nos próximos itens, apresenta-se uma síntese sobre as Universidades Federais do Brasil e as Instituições do Sistema ACADEMIA, pois serão estas as pesquisadas em relação aos conteúdos ministrados nas disciplinas voltadas a temática contabilidade socioambiental.

2.7 Universidades Federais do Brasil

O Sistema de Ensino Superior do Brasil tem um longo histórico. Sendo que as universidades foram criadas para atender às necessidades dos servidores públicos que atuavam na administração do país.

Em relação a sua história, conforme a Revista Eletrônica de Jornalismo Científico - REJC (2011),

a transferência da Família Real para o Brasil transformou o país em sede da Coroa Portuguesa. Essa mudança impulsionou a implementação de medidas administrativas, econômicas e culturais para estabelecimento da infra-estrutura necessária ao funcionamento do império. A criação dos primeiros estabelecimentos de ensino superior buscava formar quadros profissionais para os serviços públicos voltados à administração do país. As áreas privilegiadas eram: medicina, engenharia e direito. Em 1808, foram criados os primeiros estabelecimentos de ensino médico-cirúrgico de Salvador e do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro foi cenário de outras iniciativas culturais.

Era preciso melhorar o ensino das universidades no Brasil, Para isso, conforme a REJC (2003), Dom Pedro II, vendo a necessidade de modernizar a ciência e tecnologia brasileira, viajava para a Europa, e trazia modelos e profissionais para reformar as instituições brasileiras.

Atualmente, o país conta com 41 universidades federais, conforme pode ser observado no Quadro 7:

QDA	UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	SIGLAS	UF	MUNICÍPIOS
1	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	Cuiabá
2	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT	Rondonópolis
3	Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	Itabaiana
4	Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE	São Cristóvão

continua

conclusão

5	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM	Manaus
6	Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	Parnaíba
7	Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI	Teresina
8	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS	Rio Grande
9	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	Ituiutaba
10	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG	Uberlândia
11	Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	MG	São João Del Rei
12	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	São Luis
13	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA	Imperatriz
14	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Belém
15	Universidade Federal do Pará	UFPA	PA	Parauapebas
16	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	Caico
17	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	Natal
18	Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR	Curitiba
19	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Miracema
20	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Macaé
21	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Arraial do Cabo
22	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Cabo Frio
23	Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ	Niterói
24	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES	Vitoria
25	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Belo Horizonte
26	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL	Maceió
27	Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA	Salvador
28	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	Maranguape
29	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB	João Pessoa
30	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE	Recife
31	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Porto Alegre
32	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Santa Maria
33	Universidade Federal do Ceará	UFC	CE	Fortaleza
34	Universidade Federal de Goiás	UFG	GO	Goiânia
35	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Florianópolis
36	Universidade Federal de Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	Rio de Janeiro
37	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Murici	UFVJM	MG	Teófilo Otoni
38	Universidade Federal do Mato Grosso	UFMS	MS	Corumbá
39	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	Três Lagoas
40	Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR	Boa Vista
41	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB	Sousa

Quadro 7: Universidades federais dos Brasil

Fonte: MEC (2011)

O número de universidades federais é considerável, no entanto, ainda incipiente se for analisada a demanda apresentada nos vestibulares destas instituições. Desta forma, surgem aquelas que não são custeadas pelo governo,

visando atender os interessados que, por algum motivo, não conseguem estudar nas federais, como é o caso das Instituições do Sistema ACAFE.

2.8 Instituições do Sistema ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais

Em 1974, os presidentes das fundações criadas por lei municipal e da fundação criada pelo Estado constituíram a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais, entidade sem fins lucrativos, com a missão de promover a integração dos esforços de consolidação das Instituições de Ensino Superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal (ESTATUTO ACAFE, 2004).

Atualmente, o Sistema ACAFE é constituído por dezesseis instituições de ensino superior, que são as seguintes:

FURB	Universidade Regional de Blumenau
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNC	Universidade do Contestado
UNERJ	Centro Universitário de Jaraguá do Sul
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIARP	Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe
UNIBAVE	Centro Universitário Barriga Verde
UNIDAVI	Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
USJ	Centro Universitário Municipal de São José

Quadro 8: Instituições de ensino superior filiadas ao sistema ACAFE

Fonte: Adaptado da ACAFE (2011).

A entidade contém em seu Estatuto (2004), o Art. 4º que são finalidades da ACAFE:

I - congregar as fundações educacionais e as instituições de ensino superior por elas mantidas;

II - representar, quando para tal fim solicitada, as entidades filiadas junto a órgãos municipais, estaduais e federais ou perante terceiros, no País ou no exterior, inclusive entidades internacionais;

III - promover o intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as entidades filiadas, e entre elas e outras entidades, através de eventos como congressos, seminários e outros similares, bem como edição de publicações;

IV - assessorar as entidades filiadas na busca de soluções para problemas comuns nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração; V - realizar estudos e pesquisas com vistas à melhoria qualitativa do ensino superior, à plena utilização do potencial existente nas entidades filiadas, à satisfação das demandas no ensino, na pesquisa e extensão, e ao constante aprimoramento do desempenho institucional de cada entidade e do sistema de ensino superior fundacional que a integram;

VI - cooperar com órgãos federais, estaduais e municipais e assessorar-lhes na formulação e implementação das políticas de ensino superior em Santa Catarina; VII - elaborar programas conjuntos, executar projetos e realizar atividades de interesse comum, passíveis de ação unificada ou cooperativa;

VIII - promover a avaliação do sistema de ensino superior no Estado de Santa Catarina, coordenar e apoiar a avaliação do sistema fundacional e desenvolver estudos para a fixação de indicadores padronizados nas áreas de desenvolvimento institucional, desempenho gerencial e qualidade do ensino;

IX - promover o desenvolvimento de sistemas de informação e de redes de comunicação de dados e construir, manter e assegurar acesso a bancos de dados de interesse e uso comum no sistema fundacional.

X – prestar serviços a entes públicos ou privados, nos campos da educação, da administração, do planejamento, da elaboração de projetos, da seleção ou recrutamento de mão de obra e assemelhados (ESTATUTO ACAFE, 2004).

A ACAFE é uma instituição sem fins lucrativos, que busca o melhor para as instituições associadas, fazendo com que seus interesses sejam voltados em beneficiá-las.

Visando melhor compreender o objetivo da base teórica que foi abordada nos tópicos anteriores, na sequência apresenta-se a descrição e análise dos dados no intuito de apresentar informações relacionadas às disciplinas socioambientais ministradas nas Universidades Federais do Brasil e do Sistema ACAFE.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, destaca-se inicialmente os Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil e das Instituições do Sistema ACADE que possuem disciplinas que abordam questões socioambientais apresentando suas ementas.

Para obtenção dos dados a seguir apresentados, foram realizados contatos via *e-mail*, e quando necessário telefone, com professores e/ou coordenadores das Universidades, Centros Educacionais e da Fundação pesquisada.

Destaca-se também que não existe direcionamento em relação à disciplina contabilidade socioambiental nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis. Desta forma, cabe a instituição inseri-la ou não em sua matriz curricular de acordo com seu PPC – Projeto Político do Curso.

Cabe ressaltar também, que conteúdos referentes à contabilidade socioambiental são ministrados em disciplinas com diversas nomenclaturas, tais como: responsabilidade ambiental ou social; tópicos especiais em contabilidade; contabilidade e educação ambiental, entre outros. Sendo que, independentemente da nomenclatura, se os conteúdos em estudo constam na ementa, estas disciplinas foram consideradas.

3.1 Disciplinas Socioambientais nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil

O sistema de ensino das Universidades Federais do Brasil é composto por 41 instituições com cursos presenciais, sendo que 2 delas não possuem o Curso de Ciências Contábeis. Reduzindo para 39 o número de instituições pesquisadas.

Além disso, para realização deste estudo, considerou-se somente o campus principal, em virtude de que as ementas são unificadas por instituição, totalizando desta forma 26 universidades pesquisadas.

O Quadro 9 evidencia quais destas Universidades Federais possuem o Curso de Ciências Contábeis com disciplina relacionada à contabilidade socioambiental:

QTA	UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL QUE POSSUEM O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SIGLA	UF	POSSUEM A DISCIPLINA DE CTB AMBIENTAL	OPTATIVA
1	Univ. Fed. da Bahia	UFBA	BA	Não	
2	Univ. Fed. da Paraíba	UFPB	PB	Não	
3	Univ. Fed. de Alagoas	UFAL	AL	Não	
4	Univ. Fed. de Campina Grande	UFCG	PB	Sim	Não
5	Univ. Fed. de Goiás	UFG	GO	Não	
6	Univ. Fed. de Mato Grosso	UFMT	MT	Sim	Sim
7	Univ. Fed. de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS	SIM	Não
8	Univ. Fed. de Minas Gerais	UFMG	MG	Não	
9	Univ. Fed. de Pernambuco	UFPE	PE	Não	
10	Univ. Fed. de Roraima	UFRR	RR	Não	
11	Univ. Fed. de Santa Catarina	UFSC	SC	Sim	Sim
12	Univ. Fed. de Santa Maria	UFSM	RS	Sim	Sim
13	Univ. Fed. de São João Del Rei	UFSJ	MG	Não	
14	Univ. Fed. de Sergipe	UFS	SE	Não	
15	Univ. Fed. de Uberlândia	UFU	MG	Não	
16	Univ. Fed. do Ceará	UFC	CE	Não	
17	Univ. Fed. do Espírito Santo	UFES	ES	Não	
18	Univ. Fed. do Maranhão	UFMA	MA	Não	
19	Univ. Fed. do Pará	UFPA	PA	Não	
20	Univ. Fed. do Paraná	UFPR	PR	Não	
21	Univ. Fed. do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ	Não	
22	Univ. Fed. do Rio Grande	FURG	RS	Não	
23	Univ. Fed. do Rio Grande do Norte	UFRN	RN	Não	
24	Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Sim	Sim
25	Univ. Fed. Vale do Jequitinhonha e Murici	UFVJM	MG	Não	
26	Univ. Fed. Fluminense	UFF	RJ	Não	

Quadro 9: Disciplinas socioambientais nos cursos de ciências contábeis das universidades federais dos Brasil

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os 26 Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais do Brasil, 6, ou seja, 23,08% possuem disciplinas relacionadas à contabilidade socioambiental, sendo que destas, 4 são optativas.

3.1.1 Descrição das Ementas das Disciplinas Relacionadas com a Contabilidade Socioambiental das Universidades Federais

Neste tópico, relata-se um breve histórico das Instituições Federais que possuem o Curso de Ciências Contábeis contendo disciplinas que abordam conteúdos relacionados à contabilidade socioambiental.

a) Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

A Universidade Federal de Campina Grande foi criada pela Lei 10.419 de 09 de abril de 2002, por meio do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFCG. Após sua criação, a UFCG passou a ser sediada na cidade de Campina Grande, abrangendo quatro *campi* universitários: o *campus* de Campina Grande, sede da Reitoria, e os *campi* de Patos, Sousa e Cajazeiras, (UFCG, 2011).

No Quadro 10, pode-se observar a ementa da disciplina Contabilidade e Educação Ambiental:

Disciplina: Contabilidade e Educação Ambiental	Créditos: 02
EMENTA	
Contabilidade ambiental: noções básicas. A contabilidade e o meio ambiente. Gastos ambientais. Formas de evidenciação da informação contábil, aspectos legais e limitações.	

Quadro 10: Ementa da disciplina contabilidade e educação ambiental da UFCG

Fonte: Adaptado da UFCG (2011).

Esta disciplina é lecionada na 8ª fase do Curso de Ciências Contábeis, com 02 créditos, no período noturno e é obrigatória.

b) Universidade Federal de Mato Grosso – UFMG

A Universidade Federal de Mato Grosso foi criada em 1970, em Cuiabá e possui *campi* em Rondonópolis, Pontal do Araguaia, Barra do Garças e Sinop. As atividades de ensino, pesquisa e extensão estão concentradas em 69 cursos de graduação (UFMG, 2011).

No Quadro 11, apresenta-se a ementa da disciplina Balanço Social do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Universidade Federal de Mato Grosso:

Disciplina: Balanço Social	Créditos: 04
EMENTA	
Responsabilidade social empresarial; balanço social: abordagem introdutória e conceitos; vertentes do balanço social: ambiental, recursos humanos, valor adicionado: benefícios à comunidade; formas de divulgação e evidenciação do balanço social. Agregação de valor social ao negócio e <i>marketing</i> social.	

Quadro 11: Ementa da disciplina balanço social da UFMG

Fonte: Adaptado da UFMG (2011).

A disciplina balanço social é lecionada no período noturno, com 4 créditos, sendo esta optativa.

c) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul teve sua origem em 1962, em Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso. No entanto, com a divisão do estado de Mato Grosso, passou a denominar-se Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2011).

A UFMS abrange uma extensa área geográfico-educacional que resulta num raio de mais de 500 km, atingindo cerca de cem municípios e incluindo estados e países vizinhos, tais como Paraguai e Bolívia. E, além da sede em Campo Grande, a UFMS mantém *campi* em seis cidades, que são: Aquidauana, Corumbá, Coxim, Dourados, Paranaíba e Três lagoas. (UFMS, 2011).

Visando ultrapassar os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando do ensino e da preservação dos recursos naturais do meio ambiente, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida, e que motiva estudos e pesquisas ecológicas (UFMS, 2011).

O Quadro 12 expõe um resumo da ementa da disciplina Controladoria e gestão ambiental do Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Disciplina: Controladoria e Gestão Ambiental	Créditos: 4
EMENTA PANTANAL	
Conceito da visão sistêmica de empresa. Gestão. Planejamento. Sistemas de informações. Controle. Controladoria. CMS/ ABM/ABC. GECON. Gestão Ambiental. Sistemas de Informações da Gestão Ambiental.	

Quadro 12: Ementa da disciplina controladoria e gestão ambiental na universidade federal de Mato Grosso do Sul

Fonte: Adaptado da UFMS (2011).

A disciplina ministrada na UFMS possui o nome de Controladoria e Gestão Ambiental. É realizada no período noturno, com 4 créditos e é obrigatória.

Cabe destacar que esta disciplina foi considerada por abranger, mesmo que parte dela, questões ambientais.

d) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina foi oficialmente instalada em 1962, em Florianópolis. Atualmente são oferecidos 39 cursos de graduação com 52 habilitações. Conta também, com 26 cursos de doutorado e 104 cursos de mestrado. Além disso, possui *campi* em Araranguá, Curitiba e Joiville (UFSC, 2011).

No Quadro 13, expõe apresenta-se a ementa da disciplina de Contabilidade e Responsabilidade Social do Curso de Ciências Contábeis UFSC:

Disciplina: Contabilidade e Responsabilidade Social	Créditos: 4
EMENTA	
Conceitos de contabilidade ambiental. A responsabilidade social. A gestão estratégica, a gestão social e ambiental. A medição de desempenho ambiental. O <i>benchmarking</i> ambiental nas empresas. O gerenciamento de aspectos e impactos ambientais. As fases de sensibilização, conscientização, capacitação e qualificação. Um novo método com integração da contabilidade e controladoria. O <i>ecobusiness</i> e o sistema de gestão ambiental.	

Quadro 13: Ementa da disciplina de contabilidade e responsabilidade social da UFSC

Fonte: Adaptado da UFSC (2011).

Nesta disciplina, são ministrados conteúdos como: *benchmarking* ambiental nas empresas e *ecobusiness* e o sistema de gestão ambiental. Ocorre de forma optativa, com 4 créditos.

e) Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

A UFSM foi criada pela Lei n. 3.834, de 1960, mantém 66 cursos de graduação presenciais, 09 cursos de ensino a distância, sendo 06 em nível de graduação e 03 em nível de especialização, e 58 cursos de pós-graduação permanentes, destes 32 são mestrados, 12 doutorados e 14 de especializações (UFSM, 2011).

O Quadro 14 apresenta a ementa da disciplina Contabilidade Ambiental, lecionada no Curso de Ciências Contábeis da UFSM:

.Disciplina: Contabilidade Ambiental	Créditos: 4
EMENTA	
Contabilização de eventos ambientais; contabilidade da gestão ambiental; gastos, ativos, passivos, despesas, receitas e custos ambientais; divulgação e transparência de informações ambientais; indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável	

Quadro 14: Ementa da disciplina contabilidade ambiental da UFSM

Fonte: Adaptado da UFSM (2011).

A disciplina lecionada na Universidade Federal de Santa Maria é ministrada no período noturno, possui 4 créditos e é optativa.

f) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, é uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente. Ministra cursos em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação (UFRGS, 2011).

A UFRGS, como instituição pública a serviço da sociedade e comprometida com o futuro e com a consciência crítica, respeita as diferenças, prioriza a experimentação e, principalmente, reafirma seu compromisso com a

educação e a produção do conhecimento, inspirada nos ideais de liberdade e solidariedade (UFRGS, 2011).

O Quadro 15 representa a ementa da disciplina contabilidade ambiental e social:

Disciplina: Contabilidade Ambiental e Social	Créditos: 4
EMENTA	
Balço Social; Demonstração do Valor Adicionado. Ativo, Passivo e Resultado Ambiental. Mercado de carbono. Gestão de Ativos e Passivos Ambientais. Relatórios Ambientais.	

Quadro 15: Ementa da universidade federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Fonte: Adaptado da UFRGS (2011).

Esta disciplina do Curso de Ciências Contábeis da UFRGS e é realizada no período noturno com 4 créditos.

3.1.2 Nomenclatura das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais

A Tabela 1 apresenta as nomenclaturas das disciplinas que trabalham questões socioambientais nos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais:

Tabela 1: Nomenclaturas das disciplinas Socioambientais dos cursos de Ciências Contábeis das Federais do Brasil

Universidades	Contabilidade e Educação Ambiental	Balço Social	Controladoria e Gestão Ambiental	Contabilidade e responsabilidade Social	Contabilidade Ambiental	Contabilidade Ambiental e Social
UFCG	X					
UFMG		X				
UFMS			X			
UFSC				X		
UFMS					X	
UFRGS						X

Continua

						Conclusão
TOTAIS	1	1	1	1	1	1
%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que as 6 Universidades Federais que possuem disciplinas relacionadas às questões socioambientais, possuem nomenclaturas que diferem entre si, sendo as mais similares as da UFSC cuja nomenclatura é contabilidade e responsabilidade social e da UFRGS, contabilidade ambiental e social.

3.1.3 Créditos e Obrigoriedade das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Federais

Na Tabela 2, pode-se observar um comparativo entre as universidades que apresentam as disciplinas pesquisadas, em relação ao número de créditos e obrigoriedade:

Tabela 2: Créditos e Obrigoriedade das disciplinas socioambientais dos cursos de Ciências Contábeis das Federais

UNIVERSIDADES	Número de Créditos = 4	Número de Créditos = 2	Optativa
UFCG		X	
UFMG	X		X
UFMS	X		
UFSC	X		X
UFSM	X		X
UFRGS	X		X
TOTAIS	5	1	4
%	83,3%	16,7%	66,7%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao número de créditos, pode-se perceber que dentre as universidades pesquisadas somente a UFCG possui a disciplina com 2 créditos, as demais, ou seja, 83,33% trabalham com 4 créditos.

Quanto à obrigoriedade, apenas duas pesquisadas trabalham nesta condição que são a UFCG e a UFMS. Portanto, 66,7% das disciplinas em estudo são optativas nas Universidades Federais.

3.1.4 Conteúdos das Disciplinas com Enfoque Socioambiental das Universidades Federais

Com base na ementa dos cursos pesquisados, apresenta-se a Tabela 3 onde realiza-se um comparativo entre os principais conteúdos das disciplinas relacionadas a contabilidade socioambiental:

Tabela 3: Conteúdos das disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das federais do Brasil

UNIVERSIDADES	Meio Ambiente e a Contabilidade ambiental: ativos, passivos, despesas, receitas, custos e gastos ambientais	Evidenciação da informação contábil ambiental/ Relatórios Ambientais	Contabilidade e Gestão Ambiental/ Sistema de Gestão Social	Balanco Social	Demonstração do Valor Adicionado	Agregação de valor social ao negócio/ Marketing Social	Medição do Desempenho Ambiental	Responsabilidade Social Empresarial	Ecobusiness e o Sistema de Gestão Ambiental	Mercado de Carbono	Benchmarking ambiental	Fases de sensibilização, conscientização, capacitação e qualificação
UFCG	X	x								x		
UFMG		x		x	x	x		x				
UFMS			x									
UFSC	X		x				x	x	x		x	x
UFSM	x	x		x			x					
UFRGS	x	x	x	x	x					x		
TOTAIS	4	4	3	3	2	1	2	2	1	2	1	1
%	66,7%	66,7%	42,9%	42,9%	28,6%	14,3%	28,6%	28,6%	14,3%	28,6%	14,3%	14,3%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise da tabela, observa-se que os conteúdos mais contemplados pelas Universidades Federais, com 66,7%, são aqueles relacionados ao meio

ambiente e a contabilidade ambiental: ativos, passivos, despesas, receitas, custos e gastos ambientais; e, evidenciação da informação contábil ambiental/relatórios ambientais, sendo que estes estão sendo trabalhados nas seguintes universidades: UFCG, UFSC, UFSM e UFRGS.

O segundo conteúdo mais trabalhado, com 42,9% é contabilidade e gestão ambiental/ sistema de gestão social, ministrados na UFMS, UFSC e UFRGS. Da mesma forma, com 42,9% o tema balanço social é desenvolvido na UFMS, UFSM e UFRGS.

Os conteúdos menos trabalhados, com 14,3% são: agregação de valor social ao negócio/marketing social; *ecobusiness* e o sistema de gestão ambiental; *benchmarking* ambiental; e fases de sensibilização, conscientização, capacitação e qualificação. As universidades que os contemplam são: UFMG e UFSC.

3.2 Disciplinas Socioambientais nos Cursos de Ciências Contábeis do Sistema ACAFE

O Sistema ACAFE é composto por 16 instituições, sendo que todas possuem o Curso de Ciências Contábeis. Dentre elas, 9, o que representa 56,3% possuem disciplinas relacionadas à contabilidade socioambiental. No Quadro 16, observa-se tais informações:

QTA	UNIVERSIDADES DO SISTEMA ACAFE DE SANTA CATARINA QUE POSSUEM O CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SIGLA	MUNICÍPIO	POSSUEM A DISCIPLINA DE CTB AMBIENTAL	OPTATIVA
1	Univ. do Estado de Santa Catarina	UDESC	Ibirama	Sim	Sim
2	Univ. Católica de Santa Catarina	UNERJ	Jaraguá do Sul	Não	
3	Univ. do Contestado	UNC	Rio Negrinho	Sim	Sim
4	Univ. do Extremo Sul Catarinense	UNESC	Criciúma	Sim	Não
5	Centro Universitário Barriga Verde	UNIBAVE	Orleans	Não	
6	Univ. Para o Desenvolvimento do Alto	UNIDAVI	Rio do Sul	Não	

	Vale do Itajaí				
7	Centro Universitário de Brusque	UNIFEBE	Brusque	Sim	Sim
8	Univ. do Planalto Catarinense	UNIPLAC	São Joaquim	Não	
9	Univ. do Sul de Santa Catarina	UNISUL	Tubarão	Não	
10	Univ. do Vale do Itajaí	UNIVALI	Itajaí / Biguaçu	Sim	Não
11	Fundação Educacional da Região de Joinville	UNIVILLE	São Bento do Sul/Joinville	Sim	Sim
12	Univ. Regional de Blumenau	FURB	Blumenau	Sim	Sim
13	Univ. Comunitária da Região de Chapecó	UNOCHAP ECO	Chapecó	Não	
14	Univ. do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	Xanxerê	Sim	Sim
15	Centro Universitário Municipal de São José	CSJ	São José	Não	
16	Univ. Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	Caçador/ Framburgo	Sim	Sim

Quadro 16: Disciplinas Socioambientais nos Cursos de Ciências Contábeis do sistema ACAFE

Fonte: Elaborado pela autora

Dos 9 cursos que possuem a disciplina de contabilidade socioambiental, 7 são optativas, ou seja, 77,8%. As que contam com disciplinas socioambientais obrigatórias são a UNESC e a UNIVALI.

3.2.1 Descrição das Ementas das Disciplinas Relacionadas com a Contabilidade Socioambiental dos Cursos do Sistema ACAFE

Na sequência, relata-se um breve histórico das universidades que compõem o Sistema ACAFE e que possuem o Curso de Ciências Contábeis contendo disciplinas que abordam conteúdos relacionados à contabilidade socioambiental.

a) Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

A UDESC surgiu no ano de 1965, logo existe há 45 anos e conta com diversos cursos de graduação, dentre eles de Ciências Contábeis.

Os cursos de graduação estão distribuídos por meio de centros de ensino da UDESC, divididos em vários *campi*, conforme características regionais, anseios e necessidades da população catarinense. Portanto a UDESC possui 11 centros de ensino distribuídos pelo Estado (UDESC, 2011).

No Quadro 17 consta a ementa da disciplina relacionada à Contabilidade Socioambiental dos Cursos de Ciências Contábeis da UDESC:

Disciplina: Contabilidade Social e Ambiental	Créditos: 4
EMENTA	
Evidenciação dos gastos ambientais. Balanço Social. Responsabilidade Social. Desenvolvimento sustentável. Contabilidade financeira e gerencial ambiental.	

Quadro 17: Ementa da disciplina contabilidade social e ambiental da UDESC

Fonte: Adaptado da UDESC (2011).

Esta disciplina é ministrada no período noturno, na 6ª fase, com 4 créditos e com 4 anos de duração e de forma optativa.

b) Universidade do Contestado - UNC

A Universidade do Contestado se localiza no centro oeste do Estado de Santa Catarina, abrangendo o planalto norte e planalto central e meio-oeste, na região onde se desenvolveram os episódios históricos conhecidos por “Questão do Contestado”. Os Cursos de Ciências Contábeis estão situados nos *campi* de Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Mafra e Rio Negrinho, possui 8 fases e o curso é ministrado no período noturno. (UNC, 2011).

Segue, no Quadro 18, a ementa da disciplina relacionada à Contabilidade Socioambiental, lecionada na última fase do Curso de Ciências Contábeis da UNC:

Disciplina: Tópicos Especiais de Contabilidade	Créditos: 4
EMENTA	
Disciplina com conteúdo variável abordando atualidades da área contábil (sugestões: Importação e exportação. Entidades de interesse social; Responsabilidade social e ambiental; Empreendedorismo. Holding. Instituições financeiras e outros temas afins)	

Quadro 18: Ementa da disciplina tópicos especiais da contabilidade da UNC

Fonte: Adaptado da UNC (2011).

Esta disciplina cujo nome é tópicos especiais de contabilidade, ministrada de forma optativa, trabalhada com 4 créditos e carga horária de 60 horas, contempla alguns assuntos relacionados a área socioambiental que são: entidades de interesse social; e responsabilidade social e ambiental.

Em sua ementa, consta a informação de que a definição da mesma ocorre pelo colegiado no semestre que antecede sua oferta.

c) Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

A UNESC é resultado de uma grande mobilização social, constituída em meados dos anos 1960, devido à ausência de uma instituição de ensino superior em Criciúma e região. No ano de 1997, a UNIFACRI, União das Faculdades de Criciúma, por aprovação do Conselho Estadual da Educação, transformou-se em UNESC. (UNESC. 2011).

Tem como missão “Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida.”

No Quadro 19, observa-se a ementa da disciplina de Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social do Curso de Ciências Contábeis da UNESC:

Disciplina: Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social	Créditos: 4
EMENTA	
Responsabilidade social das organizações; Gestão ambiental; A relação entre contabilidade e meio ambiente; Contabilidade Ambiental; Legislação e Relatórios; Evidenciação Ambiental (Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado, dentre outras); Auditoria Ambiental; Tópicos especiais e/ou interdisciplinares.	

Quadro 19: Ementa da disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social da UNESC

Fonte: Adaptado da UNESC (2011).

Esta disciplina do Curso de Ciências Contábeis da UNESC é realizada na 4ª fase, no período noturno, com 4 créditos e é obrigatória.

d) Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE

A UNIFEBE é uma instituição sem fins lucrativos de caráter comunitário, mantida pela Fundação Educacional de Brusque. Com mais de 30 anos de experiência no Ensino Superior, seu compromisso é formar cidadãos éticos, conscientes dos problemas de sua época e comprometidos com a qualidade de vida na sociedade (UNIFEBE, 2011).

Tem como princípio promover o ensino superior de qualidade, a partir de um projeto educativo inovador que responda aos desafios do contexto atual.

No Quadro 20, pode-se observar a ementa da disciplina de Responsabilidade Socioambiental:

Disciplina: Responsabilidade Socioambiental	Créditos: 2
EMENTA	
Evolução dos conceitos de Responsabilidade Social e Ambiental. Princípios e dimensões da sustentabilidade. Eco-competitividade. Gestão Ambiental e desenvolvimento de sociedades sustentáveis.	

Quadro 20: Ementa da disciplina responsabilidade socioambiental da UNIFEBE

Fonte: Adaptado da UNIFEBE (2011).

Esta disciplina é ministrada na 1ª fase do Curso de Ciências Contábeis, no período noturno e com 2 créditos.

e) Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A instalação da Universidade do Vale do Itajaí ocorreu no ano de 1989. Possui diversos *campi* no estado de Santa Catarina, localizados em Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Biguaçu (A e B), Itajaí, São José, Tijucas, Florianópolis e Kobrasol. Os Cursos de Ciências Contábeis estão inseridos nos *campi* de Biguaçu e Itajaí, ministrados no período noturno, possuindo 8 semestres. (UNIVALI, 2011).

No Quadro 21, segue a ementa desta disciplina relacionada ao tema pesquisado:

Disciplina: Responsabilidade Social	Créditos: 4
--	--------------------

Continua

Conclusão

EMENTA
Aspectos conceituais e evolução histórica. Responsabilidade ambiental. Empreendedorismo social. Marketing social. Projetos sociais. Responsabilidade social do contador e das organizações. Balanço social como instrumento da gestão social: conceitos, modelos e prática. Legislação e Auditoria em balanço social.

Quadro 21: Ementa da disciplina responsabilidade social da UNIVALI

Fonte: Adaptado da UNIVALI (2011).

A disciplina denominada Responsabilidade Social é lecionada na 7ª fase dos Cursos de Ciências Contábeis da UNIVALI, no período noturno e com 4 créditos, sendo ela obrigatória.

f) Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

As atividades de ensino superior iniciaram em Joinville com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965. No dia 14 de agosto 1996, é assinado o Decreto Presidencial de Credenciamento da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E, em 2004 é criada a Unidade São Francisco do Sul (UNIVILLE, 2011).

A UNIVILLE tem como missão “Integrar universidade e comunidade por meio de programas, projetos, eventos, atendimento ao estudante e educação continuada, oportunizando a socialização do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentado.” (UNIVILLE, 2011).

Segue no Quadro 22, a ementa da disciplina relacionada ao tema em estudo do Curso de Ciências Contábeis da UNIVILLE:

Disciplina: Contabilidade Ambiental	Créditos: 4
EMENTA	
Princípios fundamentais da contabilidade aplicados ao meio-ambiente. Plano de contas. Ativo. Passivo e demonstração de resultado ambiental. Registro de eventos ambientais. Contingências ambientais. Utilização dos recursos naturais. Exaustão. Documentação.	

Quadro 22: Ementa da disciplina contabilidade ambiental da UNIVILLE

Fonte: Adaptado UNIVILLE (2011).

Esta disciplina é optativa e é ofertada na última fase, no período noturno, com 4 créditos.

g) Universidade Regional de Blumenau – FURB

Com seus 41 cursos de Graduação, abrangendo todas as áreas do conhecimento, a FURB ratifica seu papel de fornecedora de um contingente de pessoas capacitadas a integrarem o mercado profissional. Com o objetivo de propor uma reflexão sobre as condições sociais na qual a atividade profissional está inserida e da qual é interdependente (FURB, 2011).

No Quadro 23, pode-se observar a Ementa da disciplina que trabalha questões socioambientais no Curso de Ciências Contábeis da FURB:

Disciplina: Desafios Sociais Contemporâneos	Créditos: 4
EMENTA	
Caracterização da sociedade contemporânea. Implicações na vida cotidiana e nas atividades profissionais. Aspectos desafiadores de algumas problemáticas sociais contemporâneas: sustentabilidade ambiental, relações inter-étnicas, relações de gênero, implicações sócio-ocupacionais das políticas sociais e econômicas, relação globalização-localização, violência urbana.	

Quadro 23: Ementa da disciplina desafios sociais contemporâneos da FURB

Fonte: Adaptado da FURB (2011).

Esta disciplina é optativa, realizada na 5ª fase do curso, com 4 créditos.

g) Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

A UNOESC foi reconhecida como universidade pelo Conselho Estadual de Educação em 1995, por meio do Parecer nº. 263, sendo credenciada pelo Ministério da Educação, mediante Decreto do Presidente da República, no dia 14 de agosto de 1996 (UNOESC, 2011).

Surgiu da unificação de três Fundações Educacionais existentes na região: a Fundação Universitária do Oeste Catarinense (FUOC), a Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP); Fundação de Ensino para o Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE). Mais tarde, outras duas

Fundações se integraram à UNOESC: a Fundação Educacional do Extremo-Oeste de Santa Catarina (FUNESC) e a Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani (FEMAI). Tais Fundações localizavam-se nas cidades-polo de Joaçaba, Videira, Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê, respectivamente (UNOESC, 2011).

Hoje, a UNOESC atua no Oeste de Santa Catarina, está estruturada em cinco microrregiões, reúne 118 municípios e soma 1.116.766 habitantes. Oferece mais de 60 cursos de graduação, uma média de 40 cursos de pós-graduação em nível de especialização e um mestrado implantado e cinco em elaboração, somando mais de 16.400 estudantes (UNOESC, 2011).

No Quadro 24 pode ser visualizada a ementa da disciplina do Curso de Ciências Contábeis da UNOESC, que desenvolve questões relacionadas a área socioambiental:

Disciplina: Contabilidade Social e Ambiental	Créditos: 2
EMENTA	
Contabilidade ambiental. Demonstração do valor adicionado. Balanço social.	

Quadro 24: Ementa da disciplina contabilidade socioambiental da UNOESC

Fonte: Adaptado da UNOESC (2011).

A disciplina denominada Contabilidade Social e Ambiental, ocorre no período noturno, possui 2 créditos e é optativa.

i) Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

Em julho de 1974, por meio da Lei Nº 2.016, altera-se a denominação da Fundação Universidade Regional de Blumenau, para Fundação Educacional da Região de Blumenau. A citada Lei, no seu Art. 3º, prevê que, após o reconhecimento como Universidade, serão restabelecidos os dispositivos da Lei Nº 1.557, que a denominava Universidade (UNIARP, 2011).

Em 19 de outubro de 1982, a Câmara Municipal de Blumenau decretou e sancionou a Lei Nº 2876, que consolidou a Legislação referente à Fundação Educacional da Região de Blumenau - o Regimento Unificado e o início do processo para transformação em Universidade.

A ementa da disciplina que trabalha questões socioambientais no Curso de Ciências Contábeis da UNIARP pode ser observada no Quadro 25:

Disciplina: Tópicos Especiais de Contabilidade	Créditos: 4
EMENTA	
Disciplina com conteúdo variável abordando atualidades da área contábil (sugestões: Importação e exportação; Entidades de interesse social; Responsabilidade social e ambiental; Empreendedorismo; Holding; Instituições financeiras e outros temas afins)	

Quadro 25: Ementa da disciplina tópicos especiais de contabilidade da UNIARP

Fonte: Adaptado da UNIARP (2011).

Trata-se de uma disciplina optativa, lecionada na 8ª fase do Curso de Ciências Contábeis, no período noturno e com 4 créditos. Por ser optativa, outros assuntos podem ser trabalhados dependendo da demanda pelos acadêmicos.

3.2.2 Nomenclatura das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACADEMIA

As disciplinas que trabalham questões socioambientais nas Instituições do Sistema ACADEMIA possuem nomenclaturas diversificadas conforme pode ser observado na Tabela 4:

Tabela 4: Nomenclatura das disciplinas socioambientais dos cursos de ciências contábeis do sistema ACADEMIA

Universidades	Contabilidade Social e Ambiental	Tópicos Especiais de Contabilidade/ Contemporâneos	Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social	Responsabilidade Socioambiental	Responsabilidade Social	Contabilidade Ambiental	Desafios Sociais Contemporâneos
UDESC	X						
UNC		X					
UNESC			X				
UNIFEBE		X		X			
UNIVALI					X		

Continua

							Conclusão
UNIVILLE						X	
FURB							X
UNOESC	X						
UNIARP		X					
TOTAIS	2	3	1	1	1	1	1
%	22,2%	33,3%	11,1%	11,1%	11,1%	11,1%	11,1%

Fonte: Elaborado pela autora.

Das 9 instituições analisadas do Sistema ACAFE, 3 utilizam a nomenclatura Tópicos Especiais de Contabilidade/Contemporâneos, são elas: UNC, UNIFEBE e UNIARP, representando 33,3% das instituições pesquisadas.

A segunda nomenclatura mais utilizada é Contabilidade Social e Ambiental, com 22,2% é utilizada na UDESC e UNOESC.

As demais, representando 11,1%, são: Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, representada pela UNESC; Responsabilidade Socioambiental na UNIFEBE; Responsabilidade Social na UNIVALI; Contabilidade Ambiental representada na UNIVILLE; e Desafios Sociais Contemporâneos na FURB.

3.2.3 Créditos e Obrigatoriedade das Disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACAFE

NA Tabela 5, pode-se observar um comparativo dos créditos e obrigatoriedade entre as instituições pesquisadas do Sistema ACAFE:

Tabela 5: Créditos e Obrigatoriedade das disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACAFE

UNIVERSIDADES	Número de Créditos = 4	Número de Créditos = 2	Optativa
UDESC	X		X
UNC	X		X
UNESC	X		
UNIFEBE		X	X
UNIVALI	X		

Continua

			Conclusão
UNIVILLE	X		X
FURB	X		X
UNOESC		X	X
UNIARP	X		X
TOTAIS	7	2	7
%	77,8%	22,9%	77,8%

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere ao número de créditos, pode-se perceber que dentre as instituições pesquisadas somente a UNIFEBE e UNOESC possuem disciplina com 2 créditos. As demais, ou seja, 77,8% trabalham com 4 créditos.

Quanto à obrigatoriedade, somente a UNESC e a UNIVALI possuem as disciplinas como obrigatórias, sendo 77,8% são optativas.

3.2.4 Conteúdos das Disciplinas com Enfoque Socioambiental das Instituições do Sistema ACAFE

O conteúdo programático das disciplinas relacionada à Contabilidade Socioambiental são diversificados. Na Tabela 6 realiza-se um comparativo entre os principais conteúdos das disciplinas relacionadas à contabilidade socioambiental dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACAFE:

Tabela 6: Conteúdos das disciplinas Socioambientais dos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do sistema ACADEMIA

UNIVERSIDADES	Meio Ambiente e a Contabilidade ambiental: ativos, passivos, despesas, receitas, custos; gastos ambientais; e contingências ambientais	Registro/Evidenciação da informação contábil ambiental/ Relatórios Ambientais	Gestão Ambiental	Balanco Social	Demonstração do Valor Adicionado	Eco-competitividade	Auditoria Ambiental	Responsabilidade Social e Ambiental	Utilização dos Recursos Naturais/Exaustão	Desenvolvimento Sustentável	Legislação Ambiental	Princípios fundamentais da contabilidade	Empreendedorismo Social	Marketing Social	Projetos Sociais
UDESC		X	X	X				X		X					
UNC								X							
UNESC	X	X	X	X	X		X	X			X				
UNIFEBE			X			X				X					
UNIVALI			X				X			X			X	X	X
UNIVILLE	X	X					X	X				X			
FURB									X						
UNOESC	X		X		X										
UNIARP							X								
TOTAIS	3	3	5	2	2	1	4	4	1	3	1	1	1	1	1
%	33,3 %	33,3 %	55,6 %	22,2 %	37,5 %	11,1 %	44,4 %	44,4 %	11,1 %	33,3 %	11,1 %	11,1 %	11,1 %	11,1 %	11,1 %

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme pode-se observar no quadro 6, o conteúdo relacionado à temática socioambiental mais contemplado nos Cursos de Ciências Contábeis do Sistema ACADEMIA é o de gestão ambiental. Este assunto é estudado na UDESC, UNESC, UNIFEBE, UNIVALI e UNOESC, sendo contemplado desta forma, por 5 universidades, atingindo um percentual de 55,6%.

Os conteúdos de auditoria ambiental e responsabilidade social e ambiental são ministrados em 44,4% das instituições pesquisadas. Em relação à auditoria ambiental, este assunto é desenvolvido na UNESC, UNIVALI, UNIVILLE e UNIARP. Quanto à responsabilidade social e ambiental, é ministrada na UDESC, UNC, UNESC e UNIVILLE.

Outro conteúdo trabalhado na UNESC, UNIVILLE e UNOESC, com 33,3%, ou seja, 3 instituições, é meio ambiente e a contabilidade ambiental: ativos,

passivos, despesas, receitas, custos, gastos ambientais, e contingências ambientais; registro/evidenciação da informação contábil ambiental/relatórios ambientais.

Desenvolvimento sustentável também aparece em 33,3% das pesquisadas, sendo elas: UDESC, UNIFEVE e UNIVALI.

Balanco social e demonstração do valor adicionado são ministrados em duas instituições, sendo o primeiro assunto abordado na UDESC e UNESC e o segundo na UNESC e UNOESC.

Os demais conteúdos são ministrados somente 11,1%, ou seja, uma instituição e são: eco-competitividade na UNIFEVE; utilização dos recursos naturais/exaustão na FURB; legislação ambiental na UNESC; princípios fundamentais da contabilidade na UNIVILLE; e empreendedorismo social, *marketing* social, e projetos sociais na UNIVALI.

3.2.5 Análise dos Resultados

Como se pode observar, das 41 Universidades Federais presenciais do Brasil, considerando somente o campo principal, em virtude de que as ementas são unificadas, 39, ou seja, 95,12% ministram o Curso de Ciências Contábeis. Dentre elas apenas 6, que corresponde a 15,38%, possuem disciplina relacionada à temática contabilidade socioambiental, sendo este o número de ementas estudadas.

O Sistema ACADE possui 16 entidades filiadas e destas, 9 possuem disciplinas pautadas na temática em estudo, perfazendo 56,25%.

Com relação à nomenclatura das disciplinas, verificou-se que nas Universidades Federais todas diferem entre si, apresentando maior similaridade na UFSC cuja nomenclatura é Contabilidade e Responsabilidade Social e na UFRGS, Contabilidade Ambiental e Social.

Nas Instituições do Sistema ACADE analisadas, 3 utilizam a nomenclatura Tópicos Especiais de Contabilidade/Contemporâneos, que são: UNC, UNIFEVE e UNIARP, representando 33,3% das instituições pesquisadas. No entanto, cabe observar que isso ocorre devido ao fato de serem estas optativas e apresentarem tal nomenclatura para que as temáticas sejam escolhidas ou devido à demanda, ou pelo colegiado do curso.

Ressalta-se que a segunda nomenclatura mais utilizada nas instituições do Sistema ACADE é Contabilidade Social e Ambiental, com 22,2% que é trabalhada na UDESC e UNOESC.

Quanto ao número de créditos, dentre as Universidades Federais pesquisadas somente a UFCG possui a disciplina com 2 créditos, as demais, ou seja, 83,33% ministram disciplinas com 4 créditos. Em relação às instituições do Sistema ACADE, pode-se perceber somente a UNIFEBE e UNOESC possuem disciplina com 2 créditos, as demais, ou seja, 77,8% são de 4 créditos.

Com este resultado, constata-se que o entendimento da maioria das instituições pesquisadas é de que para desenvolver o conteúdo de forma adequada, faz-se necessário um número maior de créditos.

Quanto à obrigatoriedade, somente duas Universidades Federais trabalham nesta condição que são a UFCG e a UFMS, portanto, 66,7% das disciplinas em estudo são optativas. E, nas Instituições do Sistema ACADE, a UNESC e a UNIVALI possuem as disciplinas como obrigatórias, as demais, que totalizam 77,8% são optativas.

Este resultado remete ao entendimento que a maioria das instituições pesquisadas ainda não considera como essencial a obrigatoriedade de tal conteúdo. Além disso, isso reflete o fato de que tal assunto não ser sinalizado para que seja trabalhado nos Cursos de Ciências Contábeis nas Diretrizes Curriculares.

Quanto aos conteúdos, nas Universidades Federais, são variados, sendo os mais contemplados com 66,7%, aqueles relacionados ao meio ambiente e a contabilidade ambiental: ativos, passivos, despesas, receitas, custos e gastos ambientais; e, evidenciação da informação contábil ambiental/relatórios ambientais, sendo que estes estão sendo trabalhados pelas seguintes universidades: UFCG, UFSC, UFMS E UFRGS.

Este conteúdo é ministrado somente em 3 Instituições do Sistema ACADE, que são: UNESC, UNIVILLE e UNOESC, com 33,3%.

Nos Cursos de Ciências Contábeis das Instituições do Sistema ACADE, o conteúdo mais contemplado é gestão ambiental, com 55,6%, sendo desenvolvidos na UDESC, UNESC, UNIFEBE, UNIVALI e UNOESC. Nas Federais este tema é ministrado na UFMS, UFSC e FRGS, ou seja, 42,9% das pesquisadas.

Nas Federais, os conteúdos menos trabalhados, com 14,3% são: agregação de valor social ao negócio/ marketing social; *ecobusiness* e o sistema de

gestão ambiental; *benchmarking* ambiental; e fases de sensibilização, conscientização, capacitação e qualificação. As universidades que os contemplam são: UFMG e UFSC.

Nas Instituições do Sistema ACADE, os conteúdos menos trabalhados, com 11,1%, são: eco-competitividade na UNIFEPE; utilização dos recursos naturais/exaustão na FURB; legislação ambiental na UNESC; princípios fundamentais da contabilidade na UNIVILLE; e empreendedorismo social, *marketing* social, e projetos sociais na UNIVALI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os constantes problemas socioambientais que vêm ocorrendo constantemente, a sociedade, as entidades não governamentais, os governantes, entre outros, estão atentos e exigindo mudanças. As organizações, principalmente as indústrias, estão sendo cobradas para que reavaliem suas ações e desenvolvam suas atividades conservando e recuperando o meio natural, e também voltadas à qualidade de vida de colaboradores e comunidade local.

No desenvolvimento de tais atividades, surgem dados que, se devidamente registrados, avaliados e divulgados, se tornarão fonte de riquíssima informação. Neste contexto, faz-se necessário o conhecimento do contador, que é o profissional que deve estar preparado a apresentar tais informações.

No entanto, por não haver direcionamento em relação à disciplina socioambiental nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis, cabem às universidades e instituições, inseri-las ou não em sua matriz curricular de acordo com seu PPC – Projeto Político do Curso.

Sabe-se que as universidades possuem o importante papel na contribuição da formação dos profissionais, dando suporte necessário para que estes estejam aptos a desenvolver melhorias para as organizações, contribuindo por meio das informações que disponibilizam para a tomada de decisão. Além disso, contribuem também para com a sociedade, devido às informações que disponibilizam.

Desta forma, o objetivo do trabalho consistiu em verificar o grau de inserção da disciplina socioambiental na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos pelas universidades Federais do Brasil e as Instituições do Sistema ACADE e realizar um comparativo entre as instituições pesquisadas, analisando as ementas, números de créditos e obrigatoriedade das disciplinas pesquisadas.

Os resultados mostraram que os conteúdos, referente à contabilidade socioambiental são ministrados em disciplinas com diversas nomenclaturas, tais como: responsabilidade ambiental ou social; tópicos especiais em contabilidade; contabilidade e educação ambiental, entre outros. Sendo que, independentemente

da nomenclatura, se os conteúdos em estudo constam na ementa, estas disciplinas foram consideradas.

Das Universidades Federais presenciais do Brasil, 15,38%, possuem disciplina relacionada à temática contabilidade socioambiental. E, no Sistema ACADE, 56,25%.

Com relação à nomenclatura das disciplinas, verificou-se que nas Universidades Federais todas diferem entre si. Nas Instituições do Sistema ACADE analisadas, 33,3% utilizam a nomenclatura Tópicos Especiais de Contabilidade/Contemporâneos, que são: UNC, UNIFEBE e UNIARP. Ressaltando-se que isso ocorre, principalmente devido ao fato de serem estas optativas e apresentarem tal nomenclatura para que as temáticas sejam escolhidas ou devido à demanda, ou pelo colegiado do curso.

Quanto ao número de créditos, a maioria das pesquisadas desenvolvem o conteúdo com 4 créditos. Assim, por meio deste resultado, constata-se que o entendimento da maioria das instituições pesquisadas é de que para desenvolver o conteúdo de forma adequada, faz-se necessário um número maior de créditos.

Quanto à obrigatoriedade, somente duas Universidades Federais trabalham nesta condição que são a UFCG e a UFMS, portanto, 66,7% das disciplinas em estudo são optativas. E, nas Instituições do Sistema ACADE, a UNESC e a UNIVALI possuem as disciplinas como obrigatórias, as demais, que totalizam 77,8% são optativas.

Conclui-se a partir dos resultados obtidos, que os conteúdos relacionados à contabilidade socioambiental ainda são pouco abordados nas universidades e instituições pesquisadas, principalmente se for considerado que a maioria das que contam com tais disciplinas em suas matrizes curriculares não as fazem de forma obrigatória.

REFERÊNCIAS

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Disponível em: <http://www.acefe.org.br/new/index.php>. Acesso em: jun. 2011.

AIESEC. Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais. **Responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.aiesec.org.br/site/escritorio/juizdefora/responsabilidade-social/>. Acesso: maio 2011.

ALMEIDA, Maria Lucia Pacheco de. **Como elaborar monografias**. 4. ed. Belém: Cejup, 1996.

BARBOZA, Elizângela Maria. CONCEIÇÃO, Luis Ricardo dos Santos. **Perspectivas das Instituições de Ensino Superior de São Luís acerca da Contabilidade Ambiental**. Disponível em: <http://www.fama.br/revista/contabeis/images/stories/artigos/Perspectivas%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Ensino%20Superior%20de%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs%20acerca%20da%20Contabilidade%20Ambiental.pdf>. Acesso em: jun. 2011.

BM&FBOVESPA. **Mercado de Carbono**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/mercado-de-carbono/mercado-de-carbono.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em: julho de 2011.

BRAGA, Rosalva Pinto. Demonstrações contábeis e aspectos da contabilidade ambiental: um estudo de caso. **Revista Contabilidade e Informação**. Editora Unijuí, Ijuí-RS, ano 5, n. 12, p. 23-33, jan/mar. 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CES 10/2004, de 16 de Dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de Dezembro de 2004. Seção 1, p.15.

BRASIL. Parecer n.º CNE/CES 67/2003. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>. Acesso em: jun. 2011

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm Acesso em: jun. 2011.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm. Acesso em: Junho de 2011.

_____. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. **Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm. Acesso em: Junho de 2011.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm acesso em: Maio de 2011.

_____. Parecer nº CES/CNE 0146/2002, de 03 de Abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, dança, Teatro e Design. Diário Oficial da União, Brasília.

CALIXTO, Laura. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil.** Blumenau, v. 2, n. 3, p. 65-78, set./dez. 2006. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/viewFile/131/90>. Acesso em: set. 2010.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática.** Curitiba: Juruá, 2007.

_____. _____. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

COSTA, Adilson. **Competências e Habilidades:** um estudo dos egressos do curso de Ciências Contábeis no Estado de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização:** temas discutidos no XV congresso mundial de contadores Paris, de 26 a 29-10-1997. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

Global Ecobusiness. **Razões para a gestão Ecológica.** Disponível em : <http://www.globalecobusiness.com.br/razoes/main.htm>. Acesso em: julho de 2011.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A contabilidade medindo sua responsabilidade social.** 2005. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/canales5/fin/medindo.htm>. Acesso em: abr. 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 2000.

_____. _____. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MEC – Ministério da Educação. Instituições de Ensino Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: nov. 2010

NUNES, Paulo. Ciências Econômicas e Empresariais. **Conceito de Benchmarking.** Disponível em: <http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/benchmarking.htm>. Acesso em: Julho de 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira, 1999.

POLETO, João Batista, MOROZINI, João Francisco. A contabilidade ambiental e a evidenciação dos gastos na empresa. UNICENTRO - **Revista Eletrônica Lato Sensu**: 2008. Disponível em: http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/5%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/2-Ed5_CA-Conta.pdf. Acesso em: abril 2011.

RAUPP, Elena Hahn. Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. **Revista de Contabilidade Conselho Regional de São Paulo**, ano 6, n. 20 p. 46-60, jun. de 2002.

RESPONSABILIDADE Social. **Responsabilidade Social.** Disponível em: http://www.responsabilidadesocial.com/institucional/institucional_view.php?id=1 Acesso em: maio 2011.

REJC. Revista de Jornalismo Científico. **Do império à atualidade: marcas de continuidade na história das universidades.** Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni03.shtml> Acesso em: maio 2011.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SÁ, Antonio Lopes de. **Historia geral e das doutrinas da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

_____. _____. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TRINDADE. Larissa de Lima, BRONDANI, Gilberto. A contabilidade e sua responsabilidade social. **Revista eletrônica de Contabilidade.** Ed. Especial 2005. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIInEspecial/a14vIInesp.pdf>
Acesso em: mar. 2011

FURB. Universidade Regional de Blumenau. Disponível em:
http://www.furb.br/novo/index.php?option=disciplina&Itemid=1583&sis_id_lang=1.
Acesso em: maio 2011.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em:
<http://pages.udesc.br/~ceave/ensino/graduacao/sistemas%20de%20informaca/disciplinas.htm>. Acesso em: maio 2011.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em:
<http://www.ccjs.ufcg.edu.br/menu.php?menu=g-cc-documentos>. Acesso em: maio 2011.

UFMG. Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em:
<http://www.face.ufmg.br/portal/downloads/ciencias-contabeis/colegiado-de-graduacao-em-contabilidade/191-estruturacursocontabilidade.html>. Acesso em: maio 2011.

UFMS. Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul. Disponível em:
http://www.ceuc.ufms.br/index.php?option=com_content&view=article&id=120&Itemid=257. Acesso em: maio 2011.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/dcca/> Acesso em: junho 2011.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:
http://www.ead.ufsc.br/contabeis/files/2008/02/curriculo_ead2.pdf. Acesso em: maio 2011.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em:
<http://w3.ufsm.br/contabeis/2011/grade-curricular-2009.pdf>. Acesso em: maio 2011.

UNC. Universidade do Contestado. Disponível em:
http://www.cni.unc.br/unc2009/cursos/cursos_principal/cursos_cont.php. Acesso em: maio 2011.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Disponível em:
<http://www.unesc.net/portal/capa/index/46/2521/>. Acesso em: jun. 2011.

UNIARP. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. Disponível em:
<http://extranet.uniarp.edu.br/contabeis/Matriz%20curricular%20curso/CI%C3%8ANCIAS%20CONT%C3%81BEIS.pdf>. Acesso em: maio 2011.

UNIFEBE. Centro Universitário de Brusque. Disponível em:
http://www.unifebe.edu.br/04_proeng/graduacao/cc_ok/documentos/matriz_ciencias_contabeis_20102.pdf. Acesso em: maio 2011.

UNIVALI. **Universidade do Vale do Itajaí**. Disponível em:
<http://www.univali.br/modules/system/stdreq.aspx?P=1164&VID=default&SID=861571385615663&S=1&A=close&C=29175>. Acesso em: maio 2011.

UNIVERSO AMBIENTAL. **Gestão Ambiental.Sistema de Gestão Ambiental**.
Disponível em:
http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=6&canallocal=10&canalsub2=28&id=65. Acesso em: julho de 2011.

UNIVILLE. **Universidade da Região de Joinville**. Disponível em:
http://community.univille.edu.br/depto_ciencias_contabeis/contentId/cover/82163.
Acesso em: maio 2011.

UNOESC. **Universidade do Oeste de Santa Catarina**. Disponível em:
<http://www.unoesc.edu.br/cursos/graduacao/ci%C3%A4ncias%20cont%C3%A1beis/xanxere/matriz>. Acesso em: maio 2011.

VANZO. Geni Francisca dos Santos. SOUZA, Valquíria Pinheiro de. **UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DA DISCIPLINA CONTABILIDADE SOCIAL OU AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL DOS FUTUROS CONTADORES, DE ACORDO COM A PERCEPÇÃO**. Disponível em:
http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/544.pdf. Acesso em: julho de 2011.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.P.U., 2001.